**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE TRATOU DOS IMPACTOS DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DO EMISSÁRIO TERRESTRE NO BAIRRO SACO DOS LIMÕES, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023, ÀS 18H15MIN, NO CENTRO SOCIAL URBANO DO SACO DOS LIMÕES, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), que tem por objetivo discutir os impactos do emissário terrestre no canal 10 do Saco dos Limões, em Florianópolis.

O projeto apresentado pela Casan é o emissário receber o esgoto das redes coletoras do sul da Ilha, encaminhar os efluentes para a Estação de Tratamento do Rio Tavares, para depois despejar na baía sul. O lançamento de efluentes pelo emissário pode impactar na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, localizada na baía sul, que existe desde 1992, e foi a primeira reserva extrativista marinha criada no Brasil. A área permite a pesca e a extração sustentável do berbigão pela população tradicional.

Por se tratar de uma área de manguezal, o interior da unidade é bastante preservado. A enseada do Rio Tavares, no Saco dos Limões, é um dos ambientes da baía da Ilha de Santa Catarina com menor hidrodinâmica, o que favorece o acúmulo de material particulado e dissolvido na região, incluindo matéria orgânica e poluentes que vêm da bacia hidrográfica.

A região concentra diversas unidades de conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a Reserva Extrativista do Pirajubaé, a Estação Ecológica de Carijós, a Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim e a Reserva Biológica do Arvoredo.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito); a senhora Procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia de Andrade Hartmann; o senhor superintendente da Casan, Filipe Alcioni Silva; o senhor superintendente de Saneamento Básico e presidente da Floram, em exercício, Bruno Vieira Luiz; o senhor presidente do Conselho Comunitário do Saco dos Limões, Érico Lúcio Torres Pereira; o senhor presidente da Associação de Moradores do Saco dos Limões (Amosac), Sandro Maurício Silveira; o senhor coordenador do Projeto Ecoando Sustentabilidade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Paulo Horta; o senhor coordenador do Fórum dos Pescadores, Sandro Garcia; o senhor diretor da Agência de Regulação de Serviços Público de Santa Catarina (Aresc), Ademir Izidoro; o senhor gerente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Fábio Castagna da Silva; a senhora gerente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Casan, Andréia Senna Soares Trennepohl; e o senhor analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Claudinei José Rodrigues. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhora presidente da Associação de Maricultores do Sul da Ilha (Amasi), Tatiana da Gama Cunha; senhor presidente da Federação das Empresas de Aquicultura (Feaq), Fábio Faria Brognoli; senhora engenheira ambiental da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc), Thynara Svaldi; senhora engenheira sanitarista da Casan, Priscila Batista de Campos; senhora engenheira sanitarista da Casan, Débora Parcias Olijnyk; senhor coordenador do Coletivo Ecolhar, Gert Schinke; senhora coordenadora do Fórum da Bacia do Itacorubi, Rosângela Mirela Campos; senhora assessora parlamentar Flávia Madruga, neste ato representando o gabinete da Vereadora de Florianópolis, Carla Ayres; senhora membro da Associação de Marinheiros e Pescadores do Farol de Naufragados, Vera Lúcia Bridi; senhor Vereador de Florianópolis, Afrânio Boppré; e senhora Vereadora de Florianópolis, Tânia Ramos.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito) para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos. Boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Boa noite a todos e a todas.

Convido para fazer parte da mesa a Vereadora de Florianópolis, Tânia Ramos.

Senhoras e senhores, desejo boas-vindas e agradeço o Conselho Comunitário e a Associação de Moradores por manifestarem o interesse sobre esta audiência pública.

O nosso objetivo nesta noite é justamente ouvir todas as partes envolvidas com esse empreendimento, com o processo de tratamento do esgotamento sanitário e especialmente sobre o empreendimento do lançamento do efluente tratado. Esse tema perpassa em muitas comunidades da cidade de Florianópolis, não é um tema recente, é um tema que está quente na cidade há muito tempo. A Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, da qual eu presido, atendeu o nosso requerimento para a realização desta audiência pública. Acreditamos que é uma tarefa nossa, enquanto Parlamentares, enquanto Casa Legislativa, podermos construir esse ambiente que escuta e tira dúvidas sobre empreendimentos como esse quando envolve órgãos estaduais como a Casan, como o IMA, órgãos desde o empreendedor, que nesse caso é a Casan e o órgão licenciador, que é o IMA. E aí cabe a nós, a Assembleia Legislativa, a Casa do Povo catarinense, protagonizar este espaço de dúvidas e questões levantadas pela comunidade.

Esse procedimento cabe dentro do processo de licenciamento, as audiências públicas, o Estudo de Impacto de Vizinhança, Estudo de Impacto Ambiental, a participação das comunidades diretamente atingidas ao empreendimento que participaram do processo. A gente está aqui com o intuito de colaborar e, principalmente, de encontrar caminhos em que a gente consiga garantir a segurança desse empreendimento, em especial,a escuta e a voz da comunidade sobre ele e, agora,elucidarmuitas questões que valham sobre as comunidades, as pessoas e os munícipes de Florianópolis.

Com isso, eu quero agradecer a presença de todos. A gente está aqui com a mesa muito farta das instituições envolvidas diretamente. Sem muita cerimônia eu vou me adiantar por conta da grande participação da mesa para podermos ir direto ao assunto. Tudo bem para vocês partirmos diretamente? Todo mundo que está na mesa está contemplado.

Nós queremos agradecer muito a disponibilidade de todas as instituições públicas e de todos os órgãos públicos que foram convidados.Dos órgãos convidados 100% estão nesta mesa: a agência reguladora, a Casan, o IMA, o ICMBio, a Prefeitura Municipal, os órgãos envolvidos diretamente no Ministério Público Federal eas Associações de Moradores. Então eu quero dizer que a gente está aqui muito bem representado e o nosso objetivo é sair daqui com uma posição definida nesta audiência e que ela cumpra a função dela, que é escutar a comunidade e elucidar a comunidade sobre esse processo. Muito obrigado a todos e a todas.

Convidamos a fazer uso da palavra, por até cinco minutos, para poder apresentar as dúvidas e o que motivou a comunidade a se mobilizar em relação a esse tema, o Sandro Maurício Silveira, presidente da Associação de Moradores do São dos Limões (Amosac).

**O SR. SANDRO MAURÍCIO SILVEIRA** – Boa noite a todos, a todas as autoridades presentes.

Marquito, nós fomos pegos de surpresa há mais ou menos setenta dias com a reportagem na mídia dizendo que seria lançado o emissário aqui no Saco dos Limões. Então fomos correr atrás das informações, falamos com vários professores conhecidos – no caso o Paulo Horta está aqui, não sei se o Eloi e o Guilherme estão também –que trouxeram estudos– fazem estudos internacionalmente – dizendo que aqui na baíasul e nas nossas baías não comportam esse tipo de emissário. Motivo esse que eles mesmos vão explicar que seria por causa da prumada, porque é raso,porque tem uma onda estacionária.

Fomos informados também que através de todas essas documentações, que a própria Casan temestudo da Univali dizendo que nas baías não comportame não podem ser lançados emissários – nós entramos com uma denúncia no Ministério Público. A Casan relatou que 90% da água seria tratada só que os outros 2% não sabemos o que vem para a nossa baía. Será jogado um extravasor no Rio Tavares, que no caso vai cair direto na Resex. Esse emissário aqui fica a 1.200 metros da Resex.

Dos órgãos públicos, o ICMBio, aqui de Florianópolis, não concordou com o emissário daqui, mas veio uma autorização de Brasília, a gente não sabe o porquê veio essa autorização para construir a Resex, não o emissário, porque o emissário dentro da baía não tem nada documentado ainda, não tem licença nenhuma. E a gente sabe que esse problema é simplesmente econômico, a Casan sabe que se for fazer um emissário para jogar em alto mar, que Florianópolis sendo uma ilha, é a única, claro que não é a mais correta, mas é a única solução lançar em alto mar. Só que o custo disso é muito caro, a Casan sabe e por isso querem trazer isso para cá.

Depois desses estudos da Univali foi contratada outra empresa pela Casan para fazer outro estudo. Nesses estudos diz que a Associaçãodo Saco dos Limões, a Associação dos Pescadores foram ouvidas e concordaram. Eu posso falar aqui para vocês que está documentado que isso é mentira, nós nunca fomos escutados, a nossa associação nunca foi ouvida.

A gente sabe que a Casan teve o problema na Lagoa da Conceição, que disse que iria resolver e há mais de um ano continua a mesma coisa (*palmas*), a gente sabe o problema que deu com o reservatório e os outros reservatórios estão com problema. Então me desculpem, mas é uma empresa que não tem credibilidade. (*Palmas*.)

Além disso, o ICMBiodaqui não concordando com isso, tendo uma autorização de Brasília, que a gente não sabe porque essa autorização veio de lá, se o pessoal de Brasília não sabe o que acontece aqui.E a Casan continua com a intenção de querer jogar um emissário aqui. A gente não vê a Floram se manifestar, a gente não vê o IMA se manifestar, a gente já foi atrás disso tudo, os órgãos públicos tanto municipais, como estaduais, estão todos coniventes com isso, porque se não estivessem já teriam cancelado essa tragédia que vai acontecer aqui.A comunidade não quer e não é só a comunidade, todos os pescadores, todo o sul da Ilha até o norte da Ilha, ninguém concorda com isso.A nossa baía já está saturada. Já tem emissário, já estão jogando esgoto do continente, jogando esgoto da Ilha. Nós temosé que não permitir esse emissário, sim, e lutar para que tire os outros, não ter mais emissário dentro da baía para que ela seja limpa. (*Palmas*.)

A Casan tem que vir aqui com uma proposta, o governo do Estado e a própria Prefeitura com uma solução para não colocar o emissário e mais para o futuro retirar. Tem esse problema desde 2007,que eles estão estudando isso, e agora que não tem mais como fazer, eles dizem que a única solução é essa? A única solução não é essa, a solução é fazer aquilo que é certo e não é certo jogar emissário dentro das baías.

Eu agradeço a todos, desculpe me alongar. Obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Sandro.

A gente está anotando, também tem uma relatoria sendo feita. Queria também informar a todos e a todas que participam aqui da audiência pública, quepela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc em todas as audiências ou reuniões ampliadas é produzido um relatório, ele é sempre condicionado aos encaminhamentos, é enviado para os órgãos responsáveis e a Comissão trata de dar continuidade e andamento àquilo que foi encaminhado. Então quero dizer que esse é um espaço também informal e institucional da participação e o que a gente falar e encaminhar aqui é um documento oficial e uma posição oficial através da Assembleia Legislativa. Eu queria deixar isso informado.

Convido a fazer uso da palavra o senhor Érico Lúcio Torres Pereira, que é o “dono da casa”, presidente do Conselho Comunitário do São dos Limões, a quem agradeço a presença.

**O SR. ÉRICO LÚCIO TORRES PEREIRA** – Boa noite a todos.

Quero agradecer a presença de todos aqui para tratar de um assunto muito importante que poderá prejudicar a maioria do nosso pessoal aqui do bairro, os pescadores, o povo em geral.

Quanto ao que é tratado aqui, quero relatar o seguinte: no início já foi falado que tudo vai prejudicar o nosso meio ambiente. Então eu queria pedir, em nome do Conselho Comunitário o relatório, o Rima, o EIA, o Estudo de Impacto de Vizinhança, que seja enviado para o Conselho Comunitário. Como disse o Sandro, aqui nós nunca soubemos de nada, porque nada chegou oficialmente.

Outra coisa, a estação de tratamento será no Campeche. Por que não fazer um emissário para lá, já que tem alto mar?Dizem que é caro. Caro é aquilo que vai acabar com o meio ambiente (*palmas*) e que posteriormente não terá recuperação. Então quero pedir que esses dois estudos de impactos do meio ambiente sejam encaminhados por ofício para o Conselho Comunitário do Saco Limões.

Somos totalmente contra esse emissário aqui, tendo em vista que quando se passa sábado à tarde ou domingo à tarde lá onde é descarregada a água tratada, perto da Ponte Pedro Ivo, não é muito agradável o que se sente. Então, não queremos isso para nós, o.k.? Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, seu Érico.

Com a palavra o senhor coordenador do Fórum dos Pescadores, Sandro Garcia, que vai falar em nome dos pescadores das baías sul e norte da Ilha de Santa Catarina.

**O SR. SANDRO GARCIA** – Boa noite a todos.

Essa questão de saneamento básico é bem complicada, né? Já está numa situação que, como posso dizer,é pesada para o Município de Florianópolis, não só para o Município de Florianópolis,mas para todos que fazem da baía norte e sul o seu quintal como em:Biguaçu, São José, Governador Celso Ramos e Palhoça também que infelizmente devem estar jogando esgoto para dentro das nossas baías.

Hoje eu estou representando as comunidades de pesca artesanal das baías norte e sul de Florianópolis, com a autorização dos seus presidentes, das suas associações e com autorização dos pescadores para estar aqui falando em nome deles. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Em relação a esse emissário que querem fazer aqui com descarte no Rio Tavares, vemos com grande preocupação,porque já temos um emissário aqui do lado da Passarela, o que é um absurdo, porque borbulha dia e noite para fora.A gente fica até com medo de fazerem uma análise nos nossos peixes e nos nossos camarões, de tanta poluição que é jogada dentro dessas baías, e a gente não suporta mais isso.

Quando a gente se posicionou contrário a esse emissário que querem jogar na vala dez do Rio Tavares, não simplesmente porque a gente é contra o desenvolvimento, é contra as estações de tratamento, pelo contrário, a gente quer o nosso meio ambiente saudável, que tratem o esgoto não da maneira dos projetos que a Casan vem apresentando nos últimos anos. Esse lançamento dentro das baías, não precisa nem ser um estudioso, não precisa nem ser um doutor para saber que numa baía, que num rio, que numa lagoa não se joga esgoto (*palmas*). E nesse momento a posição de todas as comunidades pesqueiras, artesanais das baías norte e sul de Florianópolis é totalmente contrária a qualquer tipo de esgoto e poluição sendo jogados nas nossas baías (*palmas*), que se achem alternativas para tratamento de esgoto mais eficazes para o meio ambiente e que proteja nossas comunidades tradicionais que já estão sendo massacradas há vários e vários anos, não só pela poluição, mas por várias outras coisas que não vem ao caso hoje.

Existem vários estudos, têm propostas aqui que nós os pescadores lemos, de lagoas filtrantes, de várias outras coisas. Têm locais no mundo que parece que eles utilizam o esgoto para fazer fertilizantes, para gerar energia, a gente está pegando e jogando algo que de repente seja um exemplo para o mundo, a gente poder tratar, poder talvez gerar energia desse esgoto, fazer algo que realmente proteja o meio ambiente. Ás vezes eu vejo falas assim: não o emissário aqui dentro das baías não! Vamos jogar para o alto mar. Vamos transferir o problema para outro local, centralizar tudo num cano só e jogar lá para o alto mar? Na corrente marítima onde os peixes fazem a sua migração? Nós somos contrários a isso também. Hoje estamos aqui para deixar bem claro: que se achem alternativas para o tratamento de esgoto, que não seja tão impactante para o meio ambiente e para a natureza, porque nós, comunidades tradicionais, dependemos do ambiente 100% saudável, porque tudo que se joga na água reflete na mesa de todos nós aqui.

Essa é a minha fala. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Sandro.

Quero deixar declarado aqui que a nossa ideia era ouvir primeiro alguns atores da comunidade e colocar justamente para dar o tom ao debate que queremos travar aqui. Então, essas falas dos de pescadores que representam aqui as baías, as associações e conselhos comunitários do bairro do Saco dos Limões, é com esse intuito, para também darmos um direcionamento para a discussão e para o entendimento do que buscamos resolver aqui.

Registramos a presença da senhora Simone Lueneberg Coelho, membro da Associação Coletivo UC da Ilha, que trabalha com as entidades comunitárias da região. (*Palmas*.)

Agora eu vou passar a palavra aos dois órgãos ambientais envolvidos com a região e com a temática, que é o ICMBio e o IMA.

Com a palavra o senhor analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Claudinei José Rodrigues.

**O SR. CLAUDINEI JOSÉ RODRIGUES** – Obrigado pelo convite, Marquito e obrigado a todos e a todas que estão aqui presentes.

Já tivemos uma oportunidade na reunião do Conselho da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, de debater este tema.

Eu não quero usar muito tempo da palavra porque eu concordo com o Marquito, acho que o importante aqui é ouvirmos os anseios da comunidade e responder algumas perguntas que possam ser dirigidas.

Eu só quero deixar registrado, assim como o Sandro falou, que esse processo é antigo ele começa em 2008,quando o Ministério Público Federal nos informa que estava sendo construída uma estação de tratamento de esgoto e que esse efluente seria jogado bem próximo dos limites da Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista. E de 2008 para cá, ou seja, há quinze anos, temos um processo de muitas brigas, judicializações e outras confusões mais, inclusive autuações, multas. Mas em 2014 o processo chega para um pedido de autorização do ICMBio, que é a anuência, nós não licenciamos, é importante isso ficar claro, quem licencia é o IMA. Só que quando um empreendimento pode afetar uma unidade de conservação, o órgão gestor da Unidade de Conservação é chamado para se pronunciar desse licenciamento. Em 2014, quando o ponto de lançamento era o Rio Tavares, nós fomos chamados para sermos ouvidos e o projeto foi negado nos moldes que nos foi apresentado, isso em 2014. Ainda em 2014, a Casan recorreu dessa posição local, junto ao ICMBio de Brasília, junto à presidência do ICMBio e o empreendimento foi autorizado com algumas condicionantes, de que só poderia haver a obra, a construção da ETE, após a conclusão de todos os estudos ambientais. Só que então a Casan tinha um problema que era a execução, ela tinha um dinheiro, se não me engano era da Jica, não tenho bem certeza disso e precisava executar a obra. Então, em 2017 ela pede para rever as condicionantes, não é? E em contrapartida muda o ponto de lançamento. Novamente quem deu a licença foi o presidente do ICMBio e então só ele que poderia revogar essa licença anterior. Então, ele revoga a licença e dá autorização para o licenciamento – repetindo, o ICMBio não é órgão licenciador – e aí o IMA toca o processo de licenciamento, que é o que conhecemos até hoje.

Então, eu só queria deixar isso bem registrado, eu estou aqui disponível para eventuais perguntas e eu acho que o momento é de vocês, da comunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Claudinei, em algum momento o ICMBio se manifestou, anteriormente, no processo da instalação da ETE e do lançamento do efluente tratado?

**O SR. CLAUDINEI JOSÉ RODRIGUES** – Então, ele começa em 2008 e em 2008 tem alguns ajustes, mas o processo do licenciamento chega em 2014, localmente, em Florianópolis para o ICMBio. Aí em 2014 a equipe local nega, em 2014 o ICMBio recorre da decisão para Brasília e é aprovado, com os estudos da época. E aí em 2017 a Casan precisava rever algumas condicionantes, ou seja, precisava executar a obra porque tinha um limite para usar o recurso e aí novamente Brasília, ou seja, a presidência do ICMBio revê essas condicionantes, como contrapartida a Casan muda o ponto de lançamento que era o Rio Tavares, e aí muda para o Saco dos Limões.

**O SR. SANDRO MAURÍCIO SILVEIRA** – O ICMBio aqui não concorda com o lançamento, certo? Brasília que deu a autorização, certo? Os estudos daqui dizem que não, certo?

**O SR. CLAUDINEI JOSÉ RODRIGUES** – Sandro, a questão aqui é: a equipe local só analisou o lançamento do efluente no Rio Tavares. Depois dessa proposta atual nós não analisamos, porque o processo está avocado, está em Brasília. Entendeu? Nós nem nos manifestamos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, era isso que nós queríamos ouvir.

Com a palavra o senhor gerente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Fábio Castagna da Silva, para a sua manifestação e também para nos elucidar um pouco sobre esse processo do licenciamento.

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – Boa noite a todos e a todas. Boa noite ao Presidente desta sessão, Deputado Marquito, e ao cumprimentá-lo, cumprimento os demais aqui da mesa.

Meu nome é Fábio, estou aqui representando a presidente do IMA, sou servidor do Instituto do Meio Ambiente, gerente de Licenciamento e de Infraestrutura.

Inicialmente eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa em trazer transparência, luz ao processo, o licenciamento é uma ferramenta prevista na nossa legislação ambiental, dependendo do porte do empreendimento, dos impactos do empreendimento, no âmbito do processo de licenciamento existe uma etapa que é audiência pública. Audiência pública do licenciamento não é exatamente essa, essa é uma iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Nós, como instituto, recebemos na semana passada ou retrasada, alguns representantes aqui locais, das associações de moradores e também aqui das colônias formais de pesca e especificamente nesse processo que não é sujeito a um EIA-Rima, a um estudo de impacto ambiental, nós trabalharemos também com uma audiência pública no âmbito do processo de licenciamento. Houve essa requisição, houve essa formalização. Então, haverá uma audiência pública no âmbito, aí sim, do processo de licenciamento, ele é regimental, tem todo um regramento quanto a isso.

Agora trazendo especificamente sobre o *status* do licenciamento ambiental desse processo, ele foi formalizado neste ano, acredito que foi em fevereiro deste ano, especificamente em relação ao ponto de lançamento. Existem dois processos distintos, um deles é relativo à Estação de Tratamento de Efluente, que fica localizada no Rio Tavares e esse segundo processo de licenciamento que já foi citado aqui, é referente, única e exclusivamente ao ponto de lançamento. Então, nós estamos discutindo lá no licenciamento ambiental do IMA, na fase de licenciamento ambiental prévio, o ponto de lançamento. O licenciamento é composto por três fases – só para esclarecer aqui, né? Então, uma eventual licença mental prévia não quer dizer que já está autorizado. Nós temos licenciamento ambiental prévio, que declara uma viabilidade do empreendimento; o licenciamento de instalação, que é a ocupação, a instalação propriamente dita; e uma vez instalado o licenciamento de operação, é o trifásico. Então, nós estamos discutindo aqui a primeira fase, licenciamento ambiental prévio e estamos em uma fase bastante preliminar. Então, em fevereiro o processo foi protocolado, foi designada uma equipe técnica, importante que se diga, essa equipe é técnica, ela é de carreira, ela não sofre interferência política e ela é composta por especialistas da área. Então, nós temos engenheiro sanitarista ambiental, temos um oceanólogo e temos um sociólogo. Ela contempla três meios, o socioeconômico, o biótico e o físico, traz bastante abrangência, bastante transparência ao processo de licenciamento e essa equipe, então, analisa os estudos que são protocolados pelo empreendedor, pela Casan, no caso e emite um parecer técnico, daí segue o rumo do processo. Então, só pra deixar claro o ponto que nós estamos, né? É uma fase muito incipiente, muito preliminar e a audiência pública serve para isso mesmo, para nós coletarmos os anseios, as preocupações, as sugestões, enfim, qual é o sentimento da população em relação ao projeto e com certeza os nossos técnicos do licenciamento ambiental que estão aqui presentes, estão aqui na plateia, irão levar todas essas informações no âmbito do processo de licenciamento e tudo será considerado.

Eu acho que os estudos aqui citados, tanto a questão das autorizações do ICMBio, tanto a não autorização local, quanto autorização federal, nós temos uma posição final do ICMBio, isso é importante que seja dito. Embora a posição local aqui seja contrária, a posição institucional do ICMBio ela é favorável. Então, nós recebemos, o IMA recebeu essa manifestação favorável do ICMBio. E os estudos então, como eu disse, foram citados aqui da Univali, estudos da UFSC, estudos da Casan, tudo isso, de fato, consta no processo de licenciamento ambiental, que é público, então, já houve o requerimento aqui pela associação de moradores local, nós vamos fazer um encaminhamento, não há o menor problema nisso e o que esperamos realmente é que seja um debate bastante rico, que nós possamos ouvi-los, estamos à disposição ao final desta sessão, tanto eu quanto os outros servidores do IMA estamos disponíveis para qualquer comentário, qualquer sugestão, para que possamos levar isso no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Obrigado, Deputado, e novamente parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Quero agradecer, porque algumas informações já são bem importantes para nós e depois elas vão aparecer no debate também.

Com a palavra o senhor diretor da Agência de Regulação de Serviços Público de Santa Catarina (Aresc), Ademir Izidoro.

**O SR. ADEMIR IZIDORO** – Boa tarde a todos. Parabéns pela audiência, Deputado.

A Aresc tem muito pouco o que falar neste momento, haja vista que não cabe a ela interferir na concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário e sim atuar na fiscalização e regulação, garantindo a prestação adequada do serviço do saneamento. Então, Presidente, essa é uma posição de uma Agência de Regulação, nesse sentido que eu tenho que comentar, eu não tenho o que falar mais do que essa informação, pois a agência não decide se tem alguma influência sobre como contratar essa concepção dos serviços. Enfim, cabe a nós fazermos a regulação.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado.

Depois das falas da mesa teremos a abertura para as manifestações. Eu acho que esse momento também nós elucidamosqual é a tarefa da Aresc, que é importante neste momento, e eu depois também tenho algumas questões para fazer ao senhor Ademir Izidoro, a quem agradeço a presença.

Passo a palavra ao coordenador do Projeto Ecoando Sustentabilidade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Paulo Horta.

**O SR. PAULO HORTA** – Boa noite a todas, a todos e a “todes”. Boa noite ao nosso querido Deputado Marquito, nossa querida Vereadora Tânia, e cumprimentando vocês cumprimento todos os membros da mesa e todos que fazemaqui presente exercendo o importante papel de sermos cidadãos e cidadãs participativos.

Eu vou ficar em pé, porque sou professor e eu não consigo ficar sentado. Então, peço licença para a mesa para talvez quebrar um pouco o protocolo.

Mas eu trago aqui, primeiro um pedido: para que todas as instituições, todos nós, especialmente os técnicos, para que nós primeiro nos desarmemos daquelas amarras institucionais e que possamos esta noite contribuir para um processo coletivo e colaborativo para a melhor solução do saneamento básico da nossa cidade, porque isso é o que representa esse processo que está sendo discutido aqui. É o sanear, é o cuidar, daquilo que é fundamental para todos nós, que é esse território, que todo mundo que está aqui com certeza gosta muito, valoriza demais.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Eu vou trazer esse processo de discussão no contexto em que nós estamos vivendo, não é o contexto, certamente, de quando os estudos foram feitos. E por isso é importante que todos nós que estamos envolvidos com o processo que envolve o meio ambiente, que nós tenhamos e valorizemos esse momento que está...

Aqui (*aponta para a imagem*) é 2023 em relação à temperatura do planeta. Olha o que nós estávamos vivendo antes.

Quando o estudo foi feito, Nei, o primeiro documento?

(*O senhor Claudinei José Rodrigues manifesta-se fora do microfone: “Em 2014.”*)

Ou seja, ele chega mais ou menos aqui (*aponta para o gráfico*) nessa região do deste gráfico.

A temperatura do planeta era diferente da atual e isso, sim, interfere nas questões biológicas que estão relacionadas com a resiliência, com a resistência de ambientes costeiros como esse.

Para nós termos uma noção do quão diferente está sendo o planeta.Eu acabei de voltar, pessoal, de uma região subantártica, neste semestre visitei o Ártico e, de fato, preciso trazer para toda a nossa sociedade: nós não vivemos mais aquele passado recente, mudou, mudou muito e muito rapidamente.

Esse daqui é a temperatura do planeta (*aponta para o gráfico*) este ano, olha onde estão as demais. Então, isso mudou e nós sentimos. Com a chuvarada de ontem, nós estamos sentindo na pele, aquilo que está acontecendo com os nossos ambientes, que são os nossos territórios, seja o bairro do Saco dos Limões, seja o Itacorubi, enfim, seja onde quer que você more, no sul ou no norte da Ilha, as coisas mudaram. E elas mudaram de forma sistemática. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Dessa região que eu voltei, aqui tem o trabalho de uma colega, e a gente conversou na semana passada com ela, pessoalmente, sobre o processo de derretimento das geleiras lá da Antártica. Mas professor Paulo, o que isso tem a ver com o caso objetivo que nós estamos discutindo aqui? Tem tudo a ver. Derreter o gelo da Antártica eleva o nível do mar, libera muito mais dióxido de carbono, metano, óxido nitroso para a atmosfera e isso aquece ainda mais a atmosfera e acelera processos extremos, como o que nós vivemos ontem.

Então, independente do que nós venhamos a fazer como sociedade, é muito provável que toda essa região do oeste da Antártica perca uma quantidade absurda, aproximadamente 100% da cobertura de gelo até o final deste século.E isso (*aponta para a imagem*), segundo o depoimento dessa pesquisadora, perdendo [gelo] essa região que está aqui vai trazer muito mais chuva, por exemplo, para a região sul e a gente está sentindo isso. O que interfere nessa questão objetiva, por exemplo, que é a salinidade da região da baía. O que interfere, por exemplo, no escoamento dos rios desse sistema extremamente complexo, desse sistema hidrográfico que conecta a nossa sociedade, a cidade, ao oceano.

Então, nós já temos muitos problemas e eles já são complicados, temos problemas de carência, de balneabilidade, de saneamento, aqui na região do Saco dos Limões. Precisamos, então, olhar para essas interdependências, saber que já existem riscos de inundação, riscos de transformação desse sistema que está aqui. E, com isso, o comprometimento do funcionamento natural das comunidades de animais e de plantas que vivem nessa região e das quais nós dependemos em vários aspectos.

Aqui (*aponta para a imagem*),pessoal, é a consequência geral desse momento em que estamos vivendo. Todas essas regiões em vermelho (*aponta para o gráfico*) se continuarmos fazendo como nós estamos fazendo o tratamento de esgoto, o desmatamento, tudo isso, mas especialmente o tratamento de esgoto, que é uma importante fonte de emissão de gases de efeito estufa. Essa é uma projeção da elevação do nível do mar para a nossa cidade. Aqui está Florianópolis (*aponta para o gráfico*), com elevação de 5,3 metros, isso é algo objetivo, que foi extraído de um trabalho científico publicado na Revista Nature poucas semanas atrás.

Então, isso é algo objetivo. Algo que nós, de fato: “opa, espera aí, será que a gente tem que continuar nesse caminho que está levando a gente para esse colapso da cidade?” Onde vão morar os companheiros e as companheiras, as pessoas que moram no Carianos. Pode ter alguém aqui, quem é de Carianos? Ninguém? Bom, o Saco dos Limões é bastante impactado, está aqui, região do centro da cidade, a região lá perto da universidade. Sem dúvida nenhuma, nós temos pessoas que moram em regiões que, se nós não fizermos nada, estarão alagadas talvez antes do final do século. E o saneamento básico pode ser um aliado importante para esse processo.

Eu trago aqui um diagnóstico das baías. Primeiro, as baías já sofrem com a poluição. Então, olhando para o estado de saúde de animais e plantas, esses animais e essas plantas já sofrem, já passam por problemas por conta das variações abruptas de salinidade, por conta de poluentes dissolvidos na água e por conta daquilo que também está particulado.

Mas algo que é muito objetivo é que essa poluição crônica levou à redução da disponibilidade de oxigênio. E essa redução... bom sem oxigênio, a gente imagina, a gente não vive e animais e plantas também não. Esse é um processo que já está acontecendo e nós precisamos combatê-lo.

E esse processo precisa encarar qual é o cenário. Então, vamos trazer para a discussão alguns elementos fundamentais. Por exemplo, a questão da salinidade. Bom, o tratamento de esgoto sendo, de fato, de 98%, ou 99%, perfeito. Nós teríamos um problema, que é as variações de salinidade. A gente está falando de uma vazão da ordem de 200 litros/segundo, que pode chegar a 900 litros/segundo, segundo o documento que eu vi, depois posso até ser corrigido, por favor.Mas, partindo desse pressuposto, a redução de salinidade pode levar a uma redução na produção primária, porque a gente tem um sistema que tem uma variação e esse aporte de água doce pode comprometer como as plantas dali tradicionalmente se comportam. Com uma adição: que esse processo de redução pode ser acompanhado de eventuais florações de algas que se aproveitam dessa situação. Florações de algas que podem ser nocivas, especialmente para a maricultura. Claro, para a pesca também, mas para a maricultura. O maricultor catarinense já está habituado a, vira e mexe, ter que parar de comercializar porque tem problemas com as marés vermelhas. Então acho que é importante que esse elemento seja destacado no estudo ou numa avaliação, eventualmente complementar, que traga essa questão para dentro, para que a comunidade saiba qual é, de fato, o processo que está relacionado com as variações de salinidade em relação à produção primária.

Em relação ao berbigão, nessa prainha que tem bem aqui na frente e eu já estive ali trabalhando no manguezal algumas vezes e me deparei com coletoras e coletores, vemos que salinidades da ordem de 5 ppns, melhor é sem unidade, são prejudiciais para o berbigão.Será que para o nosso berbigão aqui isso vai ser respeitado ou vai ser observado?A mortalidade desses animais pode ser gigantesca se essa salinidade se mantiver baixa por muito tempo. Então é algo que nós temos que, de fato, ter no radar, porque a mortalidade – e isso vem de diferentes estudos – é grande. Então, pode comprometer algo que é artesanal, algo que faz parte da cultura da comunidade local.

Os peixes, igual. A salinidade muito baixa, junto com poluentes emergentes, por exemplo, que estão presentes nessas águas que a gente não consegue tratar tudo, pode complicar a saúde de peixes, que também são importantes para sociedade.

E para terminar, pessoal, trazendo um pouco do que aconteceu com o emissário submarino de Salvador. Não foi uma boa experiência, e olha que o emissário de Salvador está num ambiente de maior renovação.

E, por final, trazer talvez algo que a gente precise discutir, tecnicamente e com muita serenidade, que são as alternativas que existem para esse tratamento.Alternativas que precisam considerar as mudanças climáticas, a necessidade de adequação aos eventos extremos, a necessidade de redundância, ou seja, se chover demais, como é que a gente faz para manter o sistema seguro? E isso a gente encontra, como o Sandro muito bem disse, em muitas outras alternativas. Entre elas temos as áreas permanentemente submersas, os *wetlands*, as áreas úmidas e técnicas que são reconhecidas em trabalhos recentes, como esse que foi publicado neste ano, em julho, reconhecem que, economicamente, tratamentos alternativos podem render para a comunidade empregos e renda adicional. E o tratamento de esgoto fechando nos permitiria fazer o enfrentamento das mudanças climáticas, e contribuir, localmente e institucionalmente, para esse que é um problema global.

Acho que, colocando aqui todas as instituições como parceiras, a UFSC, a Udesc, o IFSC, o IMA, a Casan, todo mundo trabalhando junto, a gente consegue viabilizar, tecnicamente, algo que vai colocar Santa Catarina, o Saco dos Limões, na vanguarda de uma solução, de fato. E aí, quem sabe, a gente possa devolver essa água para onde ela foi tirada. Com todas essas seguranças, essa água pode voltar. Por exemplo, para a Lagoa do Peri, para o Sangradouro, porque é de lá que ela saiu.

Com isso eu termino, agradeço pela atenção e me coloco à disposição para os questionamentos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, professor Paulo Horta.

Eu quero aqui destacar a presença conosco do Vereador Afrânio Boppré, a quem convido para fazer parte da mesa. (*Palmas*.)

Com a palavra a senhora gerente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Casan, Andréia Senna Soares Trennepohl, e peço toda a atenção neste momento.

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL**– Boa noite.

Cumprimento o Deputado Marquito e todos os integrantes da mesa. Eu me chamo Andréia, sou engenheira sanitarista da Casan e atualmente estou como gerente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na Companhia. Sou formada pela Universidade Federal de Santa Catarina.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

A nossa apresentação, hoje, vai ser sobre o Sistema de Esgotamento Sanitário do sul da Ilha.

Bom, somente falando um pouquinho da Companhia, bem rapidamente, nós estamos presentes em 194 Municípios do Estado. Atualmente, a gente tem 31 Municípios atendendo com o sistema coletivo de tratamento de esgoto. No entanto, como todo mundo aqui sabe, Santa Catarina tem como característica que muitos Municípios pequenos não viabilizam a instalação de sistemas coletivos.Para isso, a Casan está implementando sistemas de coleta de limpa-fossa com tratamento de *wetlands* como solução para esses Municípios, que é um sistema alternativo, possível, viável para pequenos Municípios, locais que tem grandes áreas para absorver essas demandas descentralizadas.

Inclusive, aqui em Florianópolis nós estamos instalando um sistema de *wetlands em* parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, lá em Canasvieiras, para recebimento dos limpa-fossas, dos caminhões limpa-fossas, quem quiser conhecer, é um sistema bem interessante, ainda está sendo implantado, mas acredito que, no ano que vem, já esteja em operação.

Além disso, nós estamos com 22 obras de esgotamento sanitário no Estado, 11 obras com licença ambiental já para iniciar. Vou focar aqui só na parte de esgoto e em algumas obras na parte de água também.

Eu não vou me estender muito aqui no sistema de esgotamento sanitário, mas este sistema é composto pela coleta, por estações elevatórias, por uma estação de tratamento de esgoto, que pode ser em nível primário, secundário ou terciário. No caso aqui em questão nós estamos falando no nível terciário e a gente precisa de um local para dispor esse efluente, a gente não pode simplesmente tratar, a gente tem que ter um local. Ou a gente dispõe no rio, na baía, no oceano ou no solo. São as três opções para lançar o efluente tratado. Mesmo que ele passe por um sistema de *wetlands*, depois ele tem que ir para algum lugar. Então essas são as opções.

Eu não sei se todo mundo sabe como é que chega o esgoto na estação, a gente trouxe um exemplo aqui do esgoto de Canasvieiras. Então esse aqui é o esgoto bruto que sai da casa de todo mundo e chega até a estação (*mostra várias garrafas com o líquido*). Esse aqui já é na fase do tratamento, nas quais as partículas de esgoto vão se aglutinando, vão se juntando e vão decantando para serem removidas da água do esgoto. E esse aqui é o esgoto tratado (*aponta para a imagem*), em nível terciário, que sai da estação de tratamento de esgoto. Vou até deixar mais longe aqui para não confundir com a água de tomar. Lembrando que a legislação de lançamento de efluente é diferente de legislação de potabilidade de água.

Aqui é uma estação elevatória. (*Aponta para a imagem.*)

Bom, falando sobre o histórico do licenciamento ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário do sul da Ilha. Estão vendo todos esses quadradinhos aqui (*aponta para a imagem*)? Eles representam algumas fases, ele iniciou, lá em 2005, foi o primeiro estudo ambiental feito aqui no sul da Ilha, teve LAP e LAI.Inclusive teve um contrato, em 2008, para a execução dessa obra do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Depois, teve algumas ações judiciais. Em 2013 a gente fez um novo estudo ambiental para lançamento ainda no Rio Tavares, que foi o que o Claudinei comentou aqui. Tivemos a Licença Ambiental Prévia, tivemos a Licença Ambiental de Instalação e tivemos a assinatura de um contrato. Depois da questão de uma ação judicial em que a gente teve uma conversa entre ICMBio, Casan, IMA, que foi decidido, até no Conselho de Saneamento também, para fazer um estudo de alternativas para a disposição final do efluente.

Então, 2019 a Casan contratou um estudo robusto com uma empresa terceirizada, a Engeplus, do Rio Grande do Sul. Então, a gente ficou três anos estudando toda a região aqui do sul da Ilha para ver qual é a melhor alternativa para o lançamento do efluente tratado. Esse estudo terminou em 2023 e foi protocolado no IMA para licenciamento ambiental, conforme o gerente Fábio comentou.

Só um resumo bem rápido. Como eu falei o processo de licenciamento começou lá em 2005, então, desde 2005 a Casan vem tentando implementar o Sistema de Esgotamento Sanitário aqui do sul da Ilha. Houve dois contratos para a execução da obra, sendo que 40% da obra já foi executada.Em 2017 o ICMBio emite a ALA 09/2017, a qual fala que o lançamento do efluente na baía sul após tratamento terciário, que é o que é previsto, tratamento terciário aqui.Em 2019 tivemos o início do contrato do estudo de alternativas para lançamento do efluente tratado; em 2020 a obra foi paralisada devido a uma ação judicial. Em fevereiro de 2023 a gente protocolou o estudo ambiental no IMA.

Tivemos, agora em setembro de 2023, a licença ambiental para retomada da obra da ETE apenas. E já temos o contrato assinado, já vamos iniciar o retorno da obra da ETE. E o IMA solicitou, agora em novembro, informações complementares as quais a Casan está elaborando as respostas.

Aqui (*aponta para o gráfico*) a abrangência do Sistema de Esgotamento Sanitário do sul da Ilha. A parte em roxo é onde está prevista a instalação de rede coletora para envio, para a estação de tratamento de esgoto do sul da Ilha. A parte em verde é a bacia hidrográfica do Rio Tavares. Tudo de água que cai, todo o solo, tudo o que cai dentro dessa parte em verde deságua na baía. Em amarelo está a unidade de conservação Reserva do Pirajubaé.

Eu queria ver quem que mora nessa parte em verde, que está aqui (*aponta para a imagem*), se puder levantar a mão. Então, a maioria do pessoal é aqui do Saco dos Limões, dessa parte aqui? Essa parte aqui também, toda a água que cai aqui, tudo o que está no solo, deságua na baía também. Hoje, essa parte que não tem rede coletora, ou que tem rede coletora e está ligada de forma irregular, vai toda - se não tem fossa, filtro e sumidouro - carreada aqui para a baía sul.

Todo mundo sabe aqui o crescimento que teve Florianópolis, os dois censos do IBGE mostraram que, de 2010 a 2020, houve um aumento bem significativo do uso da ocupação do solo do Município. A gente pode ver, até por fotos do Google, o crescimento dessa área. [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

E a gente vê o uso e a ocupação do solo (*mostra a imagem*). Áreas – aqui na primeira foto – próximas ao rio, com ocupação, naquelas casas eu não sei se tem fossa, filtro e sumidouro, pelo menos não aparenta ter espaço para a instalação de um sistema como esse, observamos resíduos nos canais do Saco dos Limões e tubos que saem da canalização, que era para ser para drenagem, mas pode ter eventual lançamento de esgoto. Eu acredito que hoje o principal vetor de contaminação da baía é a falta de saneamento básico e o depósito irregular de resíduos sólidos e não vejo outra solução além do saneamento básico e da coleta dos resíduos sólidos para a região.

Bom, agora vamos entrar especificamente no estudo de alternativas. Nesse estudo robusto que a Casan contratou por três anos da empresa terceirizada especializada em estudos em modelagem hidráulica para escolher a melhor alternativa para o lançamento desse efluente. Nós estudamos a disposição do solo para ver se era viável fazer aspersão, visto que temos muita área aqui no sul da Ilha; estudamos reuso, tanto potável para consumo humano construindo uma ETA, como reuso potável indireto, que é a injeção no aqüífero, para infiltração, para recarregar o nosso aquífero para depois captar, esse também é um tipo de reuso que foi estudado pela companhia; reuso para manutenção de vazão de uma área alagada ali no Saco dos Limões; lançamento nos três canais do Saco dos Limões; e ressalto o emissário submarino. São processos de licenciamento separados. Hoje a Casan ainda tem o plano do emissário submarino, que está em licenciamento no IMA. No entanto, é um processo um pouco mais longo de licenciamento e de construção, mas para atender toda a população do sul da Ilha, a solução final é o emissário submarino, não tem outra solução. No entanto, pela ocupação do solo aqui da região, precisamos de uma solução em curto prazo.

Então, esse estudo de alternativas começou com 43 alternativas para serem estudadas aqui no sul da Ilha e no final escolhemos 9 para estudar mais profundamente e assim fomos fazendo a seleção de 3 e depois o detalhamento da seleção escolhida, que foi aqui do Saco dos Limões. Então essas são as 9 alternativas estudadas, vou falar rapidamente sobre elas para depois focar na parte do Saco dos Limões.

Como foi o diagnóstico dessa área estudada? Toda essa parte que está em amarelo foi estudada pela Casan. Nós fizemos todo o levantamento topobatimétrico do Saco dos Limões, da baía, e deu uma profundidade em torno até de 6 metros na parte azul, que é a parte mais profunda. Fizemos o levantamento topobatimétrico também de todo o Rio Tavares, o levantamento hidrométrico do Rio Tavares e do Saco dos Limões, com medição de vazão, nível de água, correntes de maré. O levantamento oceanográfico, em roxinho aqui (*mostra imagem*) são as estações oceanográficas que nós instalamos para medição de correntes e marés, lembrando que todos esses dados foram coletados no período de um ano, então pegou as quatro estações do ano. Esse aqui é o aparelho com que é feita a medição.

Aqui (*mostra imagem*) é um exemplo dos gráficos que são emitidos para a medição da corrente e da maré, a cada minuto nós conseguimos identificar como estão as correntes e as marés da localidade. Levantamentos hidrogeológicos, todo o solo foi escavado para ver qual que era o perfil do solo, análises de qualidade de água, em todos esses pontos em azul foram feitas coletas de qualidade de água nas quatro estações do ano e teve mais de dez mil resultados, foram analisadas águas superficiais, subterrâneas, os sedimentos, o *first flush*, que é a análise da qualidade dessa água depois que acontecem as primeiras chuvas. Então, foi feito isso também.

Aqui (*mostra imagem*) vou falar um pouquinho do diagnóstico, de como está a caracterização da baía. Cada uma dessas cores representa como está o diagnóstico, não tem nada a ver com o lançamento ainda, é como está a caracterização da baía agora, no momento. Por exemplo, onde tem cinza quer dizer que foram encontrados resíduos, onde tem vermelho, que tem ocupação da margem do rio, onde tem azul, disposição do efluente irregular. Também foi feita a classificação da água, lembrando que a classificação é feita conforme a Resolução Conama 357. Hoje não existe enquadramento do corpo hídrico, mas ela diz como devem ser os parâmetros para classificar em água doce, água salina e água salobra. Então, em vermelho é salobra, em amarelo salina...

O meu tempo está acabando, Deputado, não sei se posso continuar um pouco mais?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Cinco minutos, pode ser?

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL**– Pode ser.

Em relação à presença de nitrogênio amoniacal, a Resolução Conama 357 também estabelece como é a caracterização, em roxo na foto (*mostra imagem*) significa que está fora da faixa para amônia, ou seja, tem presença de amônia, hoje é como está o diagnóstico. O oxigênio dissolvido também, onde está em roxo significa que tem baixo oxigênio dissolvido na região. E até me chamou a atenção ter nessa região, no interior da bacia, nesses córregos que têm aqui, já a presença de esgoto. A E. coli (*Escherichia coli*) que é a principal referência de balneabilidade, onde está em vermelho significa que deu imprópria, encontramos coletas de água feitas no interior da baía que deram impróprias e aqui no Saco dos Limões também. E foi feito um levantamento socioeconômico, eu participei de algumas oficinas que foram feitas aqui com a comunidade.

Bom, vou passar bem rápido as possibilidades de reuso. A Casan também fez, no entanto, pela quantidade de esgoto que é tratado aqui não temos a procura necessária, tanto para agricultura, para indústria, nós procuramos os campos de futebol, a Marina e se juntasse tudo isso daria 2% do efluente tratado, nós ainda temos 98% para dispor em algum lugar. Então, pode ser feito o reuso pelos Bombeiros, pela Floram, no entanto, a demanda, a procura é muito baixa em relação à quantidade de esgoto gerado.

Também analisamos a aspersão no solo, mas para ter aspersão no solo tem que ter um nível do solo em torno de 1,8 metros de profundidade do lençol freático até a superfície. Quem mora no Sul da Ilha, principalmente depois da chuva de ontem, sabe que isso não existe, o lençol freático é bem alto. Então, nós estudamos isso, mas é difícil achar área aqui para dispor no solo. Essas áreas todas aqui (*mostra imagem*) nós estudamos e onde está em vermelho significa que é um pouco mais alto, mas significa área de preservação permanente, nós não podemos mexer nessas áreas e essa parte toda mais baixa tem um lençol freático alto. Mesmo assim a Casan estudou 12 áreas aqui e mostrou que em 2 áreas, próximas à estação, em 49 dias não tem mais infiltração, já é escoamento superficial. E através de uma análise de multicritério, nós escolhemos pelo lançamento no último ponto do canal do Saco dos Limões, que é aquele mais próximo do túnel.

Conforme eu falei, a Resolução Conama 357 estabelece como tem que ser a qualidade dessa água da baía. Nós utilizamos nas modelagens hidráulicas metade do que a Conama estabelece para segurança. Então, por exemplo, para fósforo, que estabelece 0,12, nós usamos 0,062 como sendo o parâmetro, para garantir que não vá ultrapassar esses valores.

Em relação à salinidade, também foi simulada. A quantidade de esgoto tratado que será lançado, de 200 litros por segundo, é irrisória comparada à salinidade da baía. Pelas simulações hidráulicas, ela não interfere e não altera a salinidade da baía.

É tão pouca a quantidade que é lançada, comparada ao que tem na baía, que a simulação mostra que não há interferência.

Vou mostrar rapidamente alguns gráficos.

Este é de DBO (*aponta para o gráfico*), então, só pelos gráficos, significa o quê? Qual é a interferência do lançamento na baía? Aqui mostra que é bem localizado, em torno de 10%, 20% do tempo tem um desenquadramento aqui na beirada e depois no restante da baia está enquadrado para lançamento. Isso foi feito para verão e inverno.

Vou passar rapidamente os gráficos, esse aqui é para fósforo e mostra que em torno de 60% do tempo tem um desenquadramento na ponta, onde será o lançamento e o restante da baia está enquadrada. Para nitrogênio amoniacal é a mesma coisa.

Por fim, para encerrar, mesmo com o lançamento, com a instalação de um tratamento terciário, com lançamento na baía com aquela qualidade que eu mostrei, a Casan, durante a fase de instalação e de operação, vai executar vários programas para garantir que não haja interferência na região. São todos os programas que nós apresentamos no processo de licenciamento ambiental, vou citar apenas alguns: Programa de Monitoramento da Atividade Extrativista; Programa de Educação Ambiental; Programa de Monitoramento da Biota e dos Sedimentos no Entorno da Resex; Programa de Proteção da Fauna Silvestre; Plano de Ação Emergencial; Programa de Monitoramento da Qualidade do Berbigão; Programa de Monitoramento da Ictiofauna, que é o peixe. Todos esses programas serão feitos continuamente pela empresa, ou na fase de instalação, ou na fase de operação.

Aqui é o traçado.

Vou mostrar um vídeo, para encerrar, sobre como é a estação de tratamento dos Ingleses, que foi lançada e inaugurada esta semana, na segunda-feira, só para vocês verem como é uma estação.

(*Procede-se à projeção de vídeo mostrando a Estação de Tratamento de Esgoto dos Ingleses, inaugurada no último dia 27 de novembro.*)

Esse é o esgoto bruto que chega na estação... e esse é o esgoto tratado que sai da estação.

Deputado, agradeço a oportunidade de a Casan estar aqui esclarecendo para a população, é um ato de extrema importância. A Casan fica aqui à disposição para tirar todas as dúvidas que a população possa ter em relação ao estudo, ao lançamento do efluente tratado.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado.

Vou passar, agora, a palavra ao superintendente de Saneamento Básico e presidente da Floram, em exercício, Bruno Vieira Luiz.

**O SR. BRUNO VIEIRA LUIZ** – Boa tarde, Deputado Marquito. Cumprimento todos da mesa e principalmente o público presente, nesta oportunidade de estar debatendo, em conjunto com a comunidade, em busca de uma alternativa.

Estou aqui representando o Município de Florianópolis, que é o titular do serviço de saneamento básico, é o ente que tem a maior responsabilidade, porque é do Município, que delega o serviço de saneamento de água e esgoto. O último contrato é a partir de 2012 com a Casan e não é um simples contrato de prestação de serviço é uma concessão, nessa concessão temos uma série de regramentos no qual cobramos, principalmente, a eficiência na prestação de serviço e, sobretudo, a ampliação do atendimento e a universalização do serviço de saneamento básico no Município de Florianópolis.

E apenas lembrando, o Município tem uma meta com base numa lei federal, que são as diretrizes nacionais de saneamento básico, atualizada pelo novo Marco Regulatório do Saneamento, que determina que em 2033 nós precisamos estar com 90% de abrangência da área do Município. Além desses documentose do contrato do programa, nós temos o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, onde também tem metas progressivas de atendimento e neste ano de 2023, na fase em que estamos, deveríamos estar com 77% de abrangência de esgotamento sanitário e atualmente estamos com apenas 58%.Estamos bem aquém das metas e o Município tem cobrado muito, a Prefeitura, o Prefeito tem cobrado esse aumento de abrangência porque a cidade precisa realmente desse acréscimo de atendimento. Muitas áreas não têm o serviço público de coleta e tratamento de esgoto sanitário. E nós sabemos, têm alguns programas fiscalizatórios, temos atuado muito na fiscalização também, mas infelizmente uma parte da população, muitos até sem condições de fazer investimento nessa área, acabam lançando o esgoto bruto, principalmente na rede de drenagem, que vai cair aqui na área que nós estamos falando. Quase 80% da rede que será coletada já cai atualmente na baía sul e nós precisamos de uma solução para isso.

Nós respeitamos muito o órgão licenciador, o IMA, como o porte do empreendimento é acima do licenciado pela Floram, pelo próprio Município, acaba caindo no órgão ambiental estadual, no qual ele vai estudar, fazer uma análise criteriosa de todos os estudos apresentados pela concessionária e vai tomar a decisão se esse tratamento é ambientalmente adequado ou não.Então, o Município nunca será favorável a uma solução que seja ambientalmente inadequada, mas vamos, sim, querer a ampliação do saneamento básico. Dentro da matriz de alternativas, que a Casan apresentou, teríamos basicamente duas alternativas, que são o emissário submarino e o destino final na baía sul e as duas têm impacto ambiental. Nós estamos falando, aqui, de impacto ambiental, não estamos falando em dano ambiental. Isso tem que ser bem diferenciado. O dano ambiental é o que temos hoje, que é o esgoto lançado bruto nos rios, córregos, redes de drenagem e que acaba caindo fatalmente na baía sul. Então, nós temos que cessar esse dano ambiental.

Nós temos claro que qualquer empreendimento, qualquer estação de tratamento, que é benéfica ao meio ambiente, tem um impacto ambiental associado e para isso servem os estudos, as tecnologias e os controles ambientais que vão se dar no processo ambiental.

Então, repito, confiamos muito no órgão ambiental licenciador, que caso atenda todas as legislações, os regramentos, as normas técnicas, que conceda a licença e, senão, que não conceda. Então, nós seremos favoráveis à alternativa que seja ambientalmente mais adequada que é, sobretudo, a ampliação do saneamento básico no Município de Florianópolis.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Bruno.

Eu quero registrar a presença do Cláudio José de Paula, presidente da Associação dos Moradores do Monte Serrat.

Com a palavra a senhora Procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia de Andrade Hartmann.

**A SRA. PROCURADORA ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN** – Boa noite a todas e a “todes.”

Eu estava tentando escrever algumas coisas aqui para não me alongar muito, porque essa história é praticamente a minha história dentro do Ministério Público Federal, essa história da Via Expressa, do saneamento nessa região.

Eu fiquei muito impactada pelo que o superintendente disse, porque eu briguei durante anos para que houvesse rede de coleta e tratamento de esgoto no Saco dos Limões. Eu entrei na Justiça para conseguir isso. E naquela época nos foi dito que não poderia ser internalizado aqui, que isso tinha que ir para a Estação de Tratamento de Esgoto Insular. E isso foi. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Leitura: Grazielle da Silva*]

Rememorando. Quando eu entrei no Ministério Público Federal, em 1992, estava acontecendo o licenciamento ambiental pelo Ibama dessa Via Expressa que está aqui atrás – foi o meu colega Rui Sulzbacher, já aposentado, que trabalhou nesse licenciamento. Eu participei de audiências públicas, como Procuradora recém-egressa que queria ver como aconteceria de fato, e lembro perfeitamente bem das coisas que não foram ditas à população: que a Via Expressa seria mais alta; eu lembro da preocupação dos professores da UFSC – sempre os professores da UFSC – dizendo que a baixa mobilidade na baía ia fazer com que esses canais estacionassem e que isso poderia ter problema etc.

Por isso foi colocado naquele licenciamento que o Estado, que estava licenciando, tinha que fazer o tratamento de esgoto do Saco dos Limões. E foi por isso que depois nós tivemos que entrar na Justiça para conseguir. Vejam que engraçado, eu participei das primeiras audiências públicas e depois eu tive que ingressar na Justiça para que fosse feito, porque o Estado não queria fazer; assim como o Estado, até hoje, não cumpriu todas as condicionantes e as compensatórias daquele licenciamento de 1992, de trinta anos atrás. É impressionante, pois quando o empreendedor quer a licença, ele promete tudo (*palmas*), mas quando sai a licença, desculpem-me os órgãos, quando sai a licença... Inclusive eu disse isso ao técnico do IMA esta semana ainda, não é? Mas quando sai a licença de instalação, ele não cumpre mais nada, a não ser que tenha uma ordem judicial.

Vocês sabiam que até hoje a Via Expressa não tem licença de operação? Não tem, não tem licença de operação. Agora, o que adianta o Ibama autuar o Estado porque ele não cumpriu todas as condicionantes? O Estado sabe perfeitamente bem que o Ibama não vai fechar a Via Expressa, pois se ela está funcionando, está resolvido. Então, isso tem que mudar. Aí foi dito aqui pelo superintendente que confia que o órgão ambiental vai cumprir toda a legislação e regulamentação. E eu vou dizer uma coisa para vocês: o órgão ambiental IMA cumpre todos os regulamentos do Estado de Santa Catarina, e aí é que existe a armadilha, porque nós temos regulamentos nacionais, porque nós temos resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Em Santa Catarina tem uma coisa que se chama Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Consema, que cria as suas próprias resoluções, diminuindo a proteção das resoluções do Conama, diminuindo a série de exigências que é feita na legislação federal. E aí a Procuradoria-Geral do Estado diz para o IMA: vocês têm que cumprir isso aqui e não a [legislação] federal, vocês têm que cumprir o que diz o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina e não a legislação federal, vocês têm que cumprir o Código Estadual de Santa Catarina e não a Lei da Mata Atlântica, embora Santa Catarina esteja todo dentro da Mata Atlântica.

Só para vocês terem uma ideia, o Supremo Tribunal Federal, há um ano, disse com todas as letras que a Resolução Conama 303, que trata da proteção das restingas, era perfeitamente válida e tinha que ser obedecida. Mas ela não é obedecida em Santa Catarina, porque a PGE entendeu, por parecer vinculativo, que não deveria ser obedecida. Ou seja, existe um estado aqui de diminuição da proteção através de regulamentos, de instruções normativas, resoluções etc. do próprio Estado.

Esta semana eu estava discutindo com o pessoal do IMA sobre o engordamento, e é uma informação pública, da praia de Jurerê e perguntei ao técnico, que está aqui, quantos metros cúbicos de aterramento seriam feitos lá, porque eles estão se escudando numa resolução do Consema que diz que não precisam pedir EIA-Rima, já que só acima de 500 metros cúbicos é obrigado a fazer EIA-Rima. E aí, qual é a quantidade em Jurerê? Cerca de 430 metros cúbicos.

Claro, lógico, sempre foi assim, e por que não fizeram o Estudo de Impacto do engordamento de Canasvieiras junto com o de Jurerê, já que estão na mesma região? Não fizeram, porque aí seriam obrigados a exigir o Estudo de Impacto Ambiental, porque aí teriam que ter a Alternativa Técnica e Locacional, porque aí teriam que ouvir a população, porque aí teriam que ouvir os outros órgãos, porque aí teriam que ouvir os cientistas, e isso, infelizmente, não interessa.

Foi dito aqui pelo senhor que me antecedeu que o mais caro não é essa ou aquela alternativa, o mais caro é o meio ambiente, gente, é a nossa vida (*palmas*)!

Eu chamei a atenção inclusive para um acordo que nós fizemos em 2014 quando foi destruída a praia da Armação, aqui no sul da Ilha. Em cima do que restava de duna nós fizemos um acordo, o Ministério Público Federal, o Estadual, o IMA, o Ibama e o Município, e este se comprometeu a refazer a praia da Armação, o que nunca aconteceu, e agora diz que não vai refazer porque é muito caro. E naquela época, não foi o professor Paulo Horta, foi outro professor então na UFSC, que hoje também é professor lá na universidade de Rio Grande, o professor Eloi Melo, que nos disse numa audiência de quatro horas de duração que se não fosse refeita a praia da Armação, a praia do Morro das Pedras ia desaparecer. Não precisou muito tempo, pois em menos de dez anos ela está desaparecendo, e ele disse que ela vai desaparecer e depois vai desaparecer a praia do Campeche, o grande *boom* imobiliário de Florianópolis.

Nós estamos vendo que a falta de planejamento, de calma, de tranquilidade, de acreditar nos cientistas, de fazer estudos, está nos levando para esse tipo de problema.

Então nós temos uma ação civil pública ainda em andamento para cobrar todas as condicionantes aqui, nós temos uma ação civil pública contra a ETE do Rio Tavares, que tem uma história escandalosa, porque ela recebeu a primeira lápide de dois funcionários do IMA, dois funcionários, sendo que nenhum desses dois era engenheiro sanitarista. Eles entenderam, naquela época, que nem de estudos simplificados precisava e muito menos ouvir o ICMBio. E aí tem uma questão que eu gostaria de colocar para o ICMBio: o que diz a lei é que o órgão gestor da unidade tem que dar a sua anuência, e o órgão gestor não deu. Quem deu foi o ICMBio, mas o órgão gestor de uma unidade de conservação de uso sustentável é o conselho gestor da unidade de conservação, e ele não deu (*palmas*). Portanto, não existe essa anuência, existe é uma discussão política feita em Brasília, e isso tem acontecido também. Os técnicos daqui – e eu quero prestar a minha homenagem aos técnicos, tanto da Floram, quanto do IMA, quanto do ICMBio e do Ibama – dão os seus pareceres de acordo com o conhecimento deles, mas a decisão, infelizmente, na maior parte do tempo, é política (*palmas*).

E aí eu queria dizer para vocês uma coisa que tem me deixado muito incomodada e até indignada, não como Procuradora da República, mas como ser humano. A ETE do Rio Tavares foi pensada inicialmente para receber o tratamento de esgoto, é incrível isso, do Itacorubi. Por quê? Porque o Sinduscon estava brigando contra o Município porque iria construir uma centena de prédios, que construiu, no Itacorubi, e tinha que ter tratamento de esgoto. Então tinha que fazer em algum lugar. E aí, quando eu escutei isso em reunião da Casan, eu fiquei pasma, mas como vai trazer lá do Itacorubi até aqui? São quilômetros e quilômetros?! Como assim, não tem nenhum lugar lá para fazer? Afinal lá é que estão querendo construir, lá é que vão gerar o esgoto, né? Aí eles queriam tentar me convencer a jogar dentro do manguezal de Itacorubi (*ri*). Não, dentro do manguezal não pode jogar. Mas eles queriam jogar aqui, nesse manguezal. Resolveram, ampliando a capacidade da ETE insular e levaram para lá o do Itacorubi.

Aí nós temos duas coisas, tem uma ação judicial nossa também para que seja feito o tratamento de esgoto da Tapera, que o Município está em dívida e está correndo uma multa milionária contra o Município, porque já transitou em julgado e tem que fazer o tratamento de esgoto. Em contrapartida eles estão deixando cada vez mais ocuparem aquelas servidões clandestinas dentro do manguezal naquela região, o que só agrava o problema. E aí a Casan apresentou, isso foi agora no mês de novembro, o procurador da Casan apresentou um documento naqueles autos dizendo que a solução era a ETE do Rio Tavares e o emissário no Saco dos Limões, também do esgoto da Tapera, porque eles tinham uma notificação do Município. Está nos autos dessa ação uma notificação do Município determinando que isso fosse feito sob pena de rompimento do contrato.

Eu cheguei a dizer na audiência judicial que evidentemente não se rompe um contrato desses assim. Imaginem tudo o que a Casan já construiu aqui em Florianópolis, o Município não tem nem como pagar tudo isso, se fosse romper o contrato. Na verdade, é uma ameaça que foi feita, uma advertência, né? Então a ideia é que essa ETE trate do esgoto da Tapera e dê conta do aumento de construções no Campeche (*palmas*). Essa é a realidade. E é isso o que, como ser humano, sinceramente me indigna. Se não pode mais crescer a construção civil no Campeche, então não pode, porque ela não tem como tratar o esgoto. Ponto. Não pode mais crescer. Só que eles estão projetando uma nova cidade na planície entremares.

Eu disse ao Deputado: imagine um dia como o de ontem... Quantas pessoas querem colocar lá, quatrocentas mil, na planície entremares? Vocês viram até que horas da noite foi o congestionamento em direção ao sul da Ilha ontem? E aí eu sinto muito dizer para todos nós que o que aconteceu ontem, o que aconteceu este ano, não tem a ver apenas com o El Niño, são as mudanças climáticas que vieram para ficar. Nós, agora, não vamos mais enfrentar isso, nós vamos nos adaptar a isso, e adaptar a isso exige planejamento, exige bom senso e exige estudos. Eu acho profundamente injusto que a população do Saco dos Limões, que não vai gerar esse esgoto, receba o esgoto para dar lucro no Campeche.

Era isso. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Pessoal, agora nós vamos abrir as inscrições para as falas, que podem ser feitas com os servidores da Assembleia Legislativa João e Alessandro.

Neste momento eu passo a palavra à Vereadora Tânia Ramos, de Florianópolis, e depois eu também vou fazer alguns questionamentos diretamente aos órgãos.

**A SRA. VEREADORA TÂNIA RAMOS (Florianópolis/SC)** – Boa noite a todas, a todos e a “todes”. Falar depois da doutora Analúcia é difícil, né, gente? É difícil porque eu fui contemplada 100% com a sua fala.

Eu quero agradecer o Deputado Marquito por trazer mais esta reunião, fico feliz por termos hoje na mesa mais alguns órgãos para que possamos ouvi-los e tirar nossas dúvidas, e estranho o Prefeito não estar aqui hoje, gente. É demais! Mais uma vez, em se tratando do Município de Florianópolis, o Prefeito Topázio não está presente num momento tão importante em que se fala da vida das pessoas...

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Exatamente, é difícil. Mas fica aqui a minha indignação, porque era para ele estar aqui, sim.

Outra questão é que o professor Paulo Horta nos mostrou todos os problemas que podem ocorrer, e que já estão acontecendo, e também nos traz a solução. Ele não fala só do problema que está acontecendo, ele nos traz uma solução, uma alternativa. E como o professor colocou, que todos os órgãos competentes se juntem, a universidade está à disposição, o professor está à disposição para que se construa outra alternativa, pois há a possibilidade de outra alternativa.

E quero dizer aos nossos órgãos competentes, Prefeitura, Casan, enfim, que investir no saneamento não é prejuízo, é pensar na vida das pessoas, na qualidade de vida. Não podemos achar que isso vai ser um prejuízo ou que a Casan vai gastar muito, porque fazer aquele sistema é muito mais caro. Isso é um investimento e investimento para o futuro, investimento para a saúde, investimento para o nosso povo de Florianópolis, porque não vai ser só o do Saco dos Limões o prejudicado, vai ser o da Ilha toda, inclusive o da área continental, área que por sinal já está toda poluída, sem podermos usar as nossas praias nessa parte continental e até mesmo aqui.

Então, eu acho que estamos no caminho certo, sim! Temos que conversar mais e fica aqui a minha sugestão de a comunidade continuar nessa luta e conversar com os órgãos. Já tem aqui o encaminhamento do professor Paulo Horta de sentar e ver outra alternativa. E quero dizer para a Casan que ela tem que sentar com os órgãos e estudar mais, porque a doutora Analúcia deixou bem claro aqui: tem muito caminho pela frente e não é dessa forma que se faz.

Eu quero deixar um registro bem rapidinho. A doutora Analúcia acompanhou as discussões do Plano Diretor na Câmara Municipal e em nenhum momento o Município e aquela Casa se preocuparam... Foram treze reuniões e em todas a preocupação foi com o saneamento básico, mas a população não foi atendida; em nenhuma reunião eles fizeram discussão sobre isso. Aprovaram o Plano Diretor da forma como foi, venderam, sim, para a construção civil (*palmas*). A nossa cidade está vendida, é prédio para todos os lados e não pensam no saneamento! E quando fizemos essa fala na Câmara Municipal, eles caíram de pau em cima da gente. Ainda bem que a bancada de esquerda que nós temos lá votou contra o Plano Diretor, mas vocês têm que cobrar...

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Exatamente, temos quatro, mas foram os quatro que fizeram a discussão lá dentro. Perdemos porque eles têm a maioria, mas podemos mudar isso.

Então, força para a comunidade. Vamos mudar esse quadro e vamos nos fortalecer, porque o nosso saneamento básico tinha que ser a primeira coisa a ser discutida no Plano Diretor e não vender a nossa cidade para a construção civil.

Um beijo no coração de vocês e estamos juntos. Obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Eu peço a quem for se manifestar, que aponte para quem vai fazer o questionamento, para qual órgão, porque quem está na mesa já vai colhendo as informações para, depois, termos uma rodada de respostas. Está bem assim?

Eu vou passar aos inscritos, aos quais daremos três minutos para a manifestação. Eu sei que o tempo é curto, mas eu estou numa tarefa muito difícil, que é conduzir uma audiência pública, e vou fazer da melhor forma possível, da forma mais democrática possível, principalmente para que possamos ouvir a comunidade e sair daqui com encaminhamentos concretos. Esperamos que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente consiga dar conta e conduzir os encaminhamentos que vamos tirar daqui (*palmas*).

Eu vou passar a palavra ao primeiro inscrito, doutor Guilherme Scheidt, assessor técnico da SOS Baía Sul/Aglomerado da Resex.

**O SR. GUILHERME SCHEIDT** – Boa noite.

Sou o Guilherme, doutor em Ciências Marinhas Tropicais, consultor do Fundo de População das Nações Unidas e aqui na posição de consultor da SOS Baía Sul.

Eu vou começar com a proposição, já que o tempo é curto. Estivemos estudando o caso a fundo e vimos que pode ser uma boa referência para essa questão a Epagri/Ciram, pois eles têm toda uma modelagem das baías e têm uma preocupação muito grande em relação à produção aquícola nas baías. Então é um foco bastante interessante e eles têm como modelar, como rebater melhor do que nós o estudo que foi apresentado. Essa é a minha proposição, ou seja, chamar a Epagri/Ciram para trabalhar essa questão e eu acho que eles vão ter muito a contribuir.

Com relação ao licenciamento, eu acho que a primeira questão são os vícios do licenciamento que observamos aqui e que são recorrentes em nível nacional – isso já foi muito bem apontado até pelo Ministério Público. Eu identifiquei a fragmentação desse projeto em três partes: uma parte que é a ETE do Rio Tavares, um licenciamento que foi tocado ali e é dificílimo encontrar o projeto, encontrar os estudos a respeito; uma parte que eles chamam de Sistema de Disposição Oceânica, que conhecemos como emissário marinho do Campeche; e a terceira parte que é o emissário terrestre do Saco dos Limões. [*Transcrição e Leitura: Siomara G. Videira*]

É ruim a gente discutir, fragmentar, de um projeto que é uma coisa só, porque se você tem uma estação de tratamento, você tem que discutir os influentes. Eu vou passar rapidamente. Uma questão muito crítica e que está muito obscura, para não falar que está omissa, é a questão da ETE do Rio Tavares, que ele considera o extravasamento no Rio Tavares e isso vai contaminar a Resex, eu não sei a que ponto isso pode ser... até um questionamento depois ali para o ICMBio e para o pessoal da Resex: o quão a par eles estão desse extravasamento, que é esgoto, não é efluente. E temos que considerar que quando essa estação estiver funcionando, vamos ter o desligamento das fossas sépticas e vamos ter a coleta de esgoto de áreas que ultrapassam a Bacia Hidrográfica do Rio Tavares, vamos ter outras bacias hidrográficas,sim. Então eu vou ter uma carga de poluente muito maior daquela comunidade que foi mostrada em verde ali do Rio Tavares. Essa é uma questão que tem que ser colocada.

E para mostrar que essa questão de extravasamento não é uma em um milhão, podemos colocar como exemplo a estação insular, o quanto de extravasamento ela já fez e aí seria outro questionamento, eu não sei se tem alguém do IMA aqui? Se o IMA está sendo notificado ou o ICMBio? Acredito que seja a função do IMA. Às vezes que a estação de tratamento insular faz o extravasamento, não só a estação insular, como a estação elevatória de Sacos dos Limões, que ela faz extravasamento também e é de tratamento de esgoto. O que acontece? Você está ligado na sua rede de esgoto, você paga por aquele tratamento e a Casan sem avisar a comunidade faz extravasamento de esgoto e a gente consegue provar isso por meio de imagens de satélite, que a estação elevatória aqui do Saco dos Limões esta lançando essa pluma preta.

Então, quando a gente coloca esgoto clandestino na baía, podemos colocar a Casan como o principal responsável de cargas de esgoto dentro da baía (*palmas*), eu só não posso afirmar categoricamente que é clandestino, porque eu acredito que mesmo num evento de extravasamento de esgoto, vocês estejam avisando o órgão ambiental, porque se vocês não tiverem avisando que vocês estão fazendo esse extravasamento nessa situação, aí vocês estarão cometendo crime ambiental e teremos que passar essa questão para o Ministério Público para ver o enquadramento de vocês, em cima disso. Porque uma coisa eu já levantei aqui com a comunidade, quando houve o extravasamento, ninguém da comunidade foi avisado e o que estávamos observando é pescador no meio de esgoto não tratado que vocês estão lançando já dentro da baía. É uma coisa corriqueira vocês largarem esgoto aqui dentro, fica meio comum agora lançar efluentes tratados.

Poderia falar mais algumas coisas, mas eu acho que isso está de bom tamanho. Se vocês quiserem mais alguma coisa...

(*Manifestação fora do microfone inaudível*.)

São três pontos que eu vejo: vai ter um crime ambiental, se eles estiverem jogando extravasamento de esgoto sem comunicar o órgão ambiental, pois eles teriam que avisar essa situação e se eles estão omitindo isso já é um crime ambiental; tem o crime de defesa do consumidor, porque eles estão cobrando um serviço que eles não estão cumpridos; e tem um terceiro, que agora me esqueci, pois estou muito alvoroçado aqui, desculpa. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** — Obrigado, Guilherme.

Com a palavra o senhor Gert Schinke, coordenador do Coletivo Ecolhar.

**O SR. GERT SCHINKE** — Nós fizemos uma apresentação *show* de bola, peço que a mesa seja condescendente comigo.

Já sou conhecido aqui na cidade por encher o saco da Casan e da Prefeitura.

O nosso olhar está ali, ó (*aponta para a imagem*). Em nome desse coletivo Ecolhar, eu vou fazer uma apresentação, peço que a mesa também dê uma olhadinha.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Um olhar ecológico sobre a janela de oportunidade, que nós chamamos, no tratamento de esgoto para a região sul da Ilha.

Esse grupo funcionou entre 2009 e 2016, pegou toda a parte boa da discussão que a Procuradora já mencionou, com a ETE do Rio Tavares, nós fizemos o protesto de destruição do emissário, em 2009, que fizemos aquele tubão, destruímos o emissário, lá na praia do Campeche, fizemos ação do Kicocô na Praia Mole e com isso a nossa querida Casan nos retribuiu com um processo judicial de injúria, né? Por isso, na verdade, eu amo a Casan, porque durante quinze anos ela nos obrigou a se aprofundar na discussão de saneamento, nos obrigou a estudar profundamente saneamento.

A Casan em 2009, ela propunha três ETEs no sul da Ilha, uma em cada distrito. Aí houve a grande guinada que foi centralizar toda ela na ETE do Rio Tavares, aí começou o crime da nossa história, porque, lá, em 2005, como aqui foi dito, a Casan tivesse feito as três ETEs, hoje nós já teríamos seis, sete, oito ETEs em todo o sul da Ilha e não passaríamos quinze anos de tratamento zero. Isso se deve unicamente à Prefeitura e a Casan.

Eu vou mostrar para vocês esse diagrama aqui (*aponta para a imagem*), nós vamos à veia da questão. O problema que tem que ser discutido é da modelagem do sistema de tratamento.

Na esquerda você tem aquilo que representava a ETE do Rio Tavares, aí o gradiente de descentralização. E o que nós propomos, na verdade, não é nem três ETEs no distrito no sul da Ilha, nós propomos nove, dez, doze ETEs e que são possíveis fazer, mas isso custa mais caro, aí chegamos sempre no problema do caro, não é?

Por exemplo, no distrito Pântano do Sul, qual é a janela de oportunidade que se oferece? É fazer não uma estação, como a Casan, agora, está planejando, mas fazer no mínimo já duas estações, porque lá tem duas bacias hidrográficas, a do Sangradouro e a do Quinca Antônio. E isso é o correto, o que a ciência demanda fazer, certo? E não transportar quilômetros aqui da outra. Olha aqui a dispersão como são feitas.

A própria Casan faz dispersão do efluente tratado na ETE do Rio Vermelho. Hora, se faz lá, por que não pode fazer aqui? Essa é a pergunta que fica. Aqui temos que dar a resposta correta para as coisas como elas de fato são.

Olha as alternativas que se apresentam aqui para várias comunidades e loteamentos, isto existe e é feito no mundo todo. É a Casan que não quer fazer e é por isso que nós não temos nos bairros pequenas estações de tratamento, nos loteamentos maiores, porque a construção civil, diz: o teu tratamento de esgoto, deixa que a Casan vai fazer. Então, ela é desobrigada a fazer qualquer tratamento de esgoto, nós temos que mudar esse cenário.

Olha aí, se aplica em várias regiões na Ilha esse tratamento de comunidades, tratamento 95%...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Mais dois minutos para concluir.

**O SR. GERT SCHINKE** — Eu estou aproveitando o tempo que nos é dado aqui, três minutos sempre e nós temos que escutar esse discurso eterno da Casan, que há quinze anos trata zero de esgoto no sul da Ilha, essa é a grande questão.

A solução deve ser a mais barata? Não! A lei diz que ela não é a mais barata, a solução tem que ser aquela que atinge a maior sustentabilidade e esse é o modelo descentralizado que atinge a maior sustentabilidade no tratamento de esgoto. Não é esse centralizado que a Casan quer fazer. Então o cerne da questão que nós estamos discutindo aqui não é apenas do efluente da ETE do Rio Tavares, é de uma modelagem no tratamento de esgoto global para o sul da Ilha, é isso que nós temos que avançar e discutir. Dinheiro falta? Dinheiro não falta.

Estou concluindo.

O Plano Diretor, esse que foi aprovado, está propondo para 2040, um milhão de habitantes em cima da Ilha, a possibilidade. Vocês acham que com essa modelagem de tratamento nós vamos chegar lá? É um absurdo acreditar numa coisa dessas.

Resumindo a história. O que nós estamos propondo concretamente aqui, Deputado e autoridades presentes, é que se faça um estudo e um projeto para atender todo o sul da Ilha, com base no modelo descentralizado de tratamento. É isso que a ciência exige! O aquecimento global exige! A falta de água exige! Onovo Plano Diretor malfeito nesta Capital, exige para 2030, 2040! E que a Casan e a Prefeitura não querem fazer.

Esse é o recado do Ecolhar. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** — Com a palavra o Vereador Afrânio Boppré, de Florianópolis.

**O SR. VEREADOR AFRÂNIO BOPPRÉ (Florianópolis/SC)** — Boa noite a todos e todas aqui presentes.

Queria cumprimentar os membros que compõem a mesa, parabenizar o Deputado Marquito pela iniciativa, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Eu quero falar sobre um assunto que são sobre decisões irreversíveis, e vou dar um exemplo muito fácil que vocês vão compreender o que eu quero falar.

O aterro hidráulico aqui, o nosso aterro, que vai do morro até Trevo da Seta, começou no Governo Paulo Afonso e terminou com o Governador Esperidião Amin. Na ocasião, eu era Deputado Estadual e eu levei inclusive ao Colombo Salles – que era o engenheiro que cuidou do aterro e o canteiro de obras era aqui nas proximidades – para discutirmos o seguinte: diminuir a angulação do túnel. Se eu jogo o túnel um pouquinho para cá, 1 grau, 2 graus, 5 graus, diminuía em milhares e milhares de metros cúbicos de aterro. Percebe o que eu estou querendo dizer? O que decidiram? Decisão irreversível. Não, abre a boca do túnel para fazer um aterro enorme, porque nós vamos ter solo criado e que inclusive querem fazer uma cidade aqui. Já o governo passado chegou a falar em fazer uma licitação para vender esse aterro criado. Vocês sabem que eu estou falando, certo? Isso se chama decisão irreversível, porque tomaram a decisão de fazer a abertura da boca do túnel para cá e o aterro foi enorme, avançou em cima, inclusive, do berbigão, para quem não sabe o que eu estou falando. Matou boa parte da Reserva Ecológica e, inclusive, tiraram a areia de dentro da reserva para fazer o aterro. Decisão irreversível, não tem como voltar e dizer: ah eu errei, eu quero pedir desculpa, não. Nós estamos nesse momento, diante da mesma decisão irreversível.

Então, o que nós temos que fazer aqui? Isso nós já discutimos da vez passada. Nasceu do grupo que estava discutindo aqui na quadra da escola de samba e eu vou repetir: parar com tudo e fazer uma auditoria ambiental nos estudos da Casan, com o acompanhamento das universidades, para que a decisão seja bem feita (*palmas*), quanto mais discussão tiver, melhor.

Foi feita a auditoria ambiental? Foi? Digo *a posteriori*, foi feita? Pois bem, vamos discutir o resultado da auditoria, com documentos que se contrapõem ou fortalece a tese da Casan. Mas hoje ela está absoluta, dona da palavra: vai ser assim, eu entendo e tal e tal. Calma, existem opiniões contrárias, técnicas, também com base científica e é preciso aprofundar os estudos, porque a ciência parte de um princípio, o princípio da precaução.

Quem viu o que aconteceu com a pandemia? Foi exatamente isso. Fizeram vários testes, crianças, grávidas, idosos, e depois que a vacina confirmou, aí foi ampla escala para todo o mundo, porque o estudo é fundamental e o princípio da precaução tem que prevalecer.

Eu não quero jogar a Casan numa aventura, porque eu defendo a Casan como empresa pública (*palmas*), ruim com a Casan, pior sem ela. A Casan não pode se aventurar, ela tem que segurar e aprofundar e ela mesma têm que contratar uma auditoria ambiental.

Esse estudo precisa...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Afrânio, e desculpe o tempo, mas temos que ter esse limite.

Com a palavra o senhor Fernando Amaral, morador. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

**O SR. FERNANDO AMARAL**— Boa noite.

Não sou um especialista, sou morador desde 1979, nasci aqui, assisti a tudo isso que foi narrado, assisto a dinamites no túnel rachando as casas... Tudo bem, acontece, é o progresso. Assistir a um aterro acontecendo. Tudo bem, é o progresso que resulta numa argumentação... eu vou elevar essa fala, mas é uma argumentação que por termos um lugar com muito esgoto, então justifica colocarmos um efluente terciário. Bom, se tem muito esgoto é porque alguma falha no processo aconteceu e nós estamos assistindo a essa barbárie há muito tempo.

Eu só queria aqui desconstruir a fala de uma autoridade da mesa: que é para sairmos das instituições, da amarra da instituição. Não! Não! A amarra da instituição nos defende. Nós temos que fortalecer as instituições, inclusive a Casan, e a maior instituição que temos aqui é a Assembleia do povo. Nós precisamos fazer com que as palavras que sejam ditas neste momento, no momento pós mesa, sejam palavras importantes, palavras relevantes e que estejam no relatório de forma muito enfática. Não a minha palavra de pedido que esteja no relatório, também pode colocar, mas as palavras que são colocadas aqui, porque é a vontade do povo.

Nós vivemos a ilusão de uma democracia, e desculpem-me, não quero entrar no mérito, mas nós votamos em um gestor do Executivo que assina milhares de outras coisas enquanto fizemos uma assinatura. Então nós temos muita dificuldade aqui no Saco dos Limões depois desse sucateamento pelo qual esse bairro vem passando há muito tempo. Não tenho nada contra as instituições, eu sou servidor público, mas a Casan abre um buraco, a Prefeitura tem dificuldade de fechar, eu não sei como funciona, mas demora dois meses e depois quebra novamente. Nós temos problemas em obras estruturais da Casan, temos visto isso, e precisamos de um saneamento nas instituições, inclusive na Casan. (*Palmas.*)

E, para finalizar a minha fala, eu queria dar os meus parabéns ao Sandro, porque eu não consigo estar ativo. Nós, moradores, temos a responsabilidade da democracia, nós não vamos à reunião de associação, mas deveríamos ir, não vamos à reunião de condomínio, mas deveríamos ir, nós temos a nossa vida para tocar, você também tem a sua, o Bodão também tem a dele. Em alguns momentos eu gostaria de participar, porém eu tenho a minha mãe e outras condições que não consigo, mas vocês continuam junto com todas as lideranças aqui da comunidade.

Então, o meu apelo é esse, Deputado, que essa voz que é dita aqui seja uma voz muito bem consolidada nesse relatório, para que a nossa vontade, que é de não ter isso aqui, seja não só considerada, mas que seja respeitada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Fernando.

Com a palavra o senhor João José de Andrade, do Fórum dos Pescadores de Florianópolis.

**O SR. JOÃO JOSÉ DE ANDRADE** – Boa noite, senhoras e senhores.Cumprimento a mesa cordialmente e parabenizo-o pela organização.

Eu gostaria de fazer um pedido e uma pergunta.

O pedido: não matem a baía sul, não matem a baía norte. Nós temos peixes na baía norte e temos peixes na baía sul, berbigão, marisco, ostras e criadores de algas. E a pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: preocupa-me quando a Casan diz que quer fazer toda a rede de esgoto do sul da Ilha. Eu sou morador do bairro da Tapera há 41 anos e no mês de outubro eu tirei uma semana inteirinha para fazer um levantamento em ruas, servidões e travessas da minha comunidade, chegando à conclusão de que lá tem 97 ruas, servidões e travessas. Surpreendeu-me que das 97, apenas 30 receberam a rede coletora de esgoto, e o restante? Vai continuar sendo lançado no mar? Na vala da rua do Juca? Na vala do canto da praia da Tapera?

Para mim, tudo isso é uma enganação, porque ou se faz a coisa no seu todo ou não se faz.Perdoem-me os técnicos da Casan, eu peço encarecidamente aos técnicos do IMA que analisem muito bem quando pensarem em assinar essa licença, porque a coisa está cada vez mais feia. Estão minando a Ilha de Florianópolis de populações e populações, querendo cumprir os interesses da especulação imobiliária e nós não aceitamos.

Esgoto na baía sul, não!

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, senhor João.

Com a palavra o senhor Rodrigo Pereira Cardoso, da Amosac e da SOS Baía Sul.

**O SR. RODRIGO PEREIRA CARDOSO** – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar eu quero dizer que é estranho, porque a conta não fecha. Em 2015 a Casan contratou a Univali para fazer um estudo e a Univali disse que dentro da baía não era lugar de emissário. Quando a gente soube da notícia aqui no Saco dos Limões, a gente foi atrás de especialistas da nossa querida Universidade Federal de Santa Catarina e de outros locais, especialistas, doutores, PhDs, conhecidos mundialmente, alguns deles representantes do Brasil na ONU, que também dizem que baía sul não é lugar de emissário. Então essa conta não fecha.

Se forem 200 litros por segundo, equivalem em torno de 17 milhões de litros de água por dia. Se forem 900 litros, 77,7 milhões de litros de água por dia dentro da nossa baía.O esgoto ali na garrafinha (*aponta para a mesa na qual estavam várias garrafas*) que vai ser depositado, claro, lindo, maravilhoso e o que tem aqui de vírus, bactérias, hormônios e metais pesados que passam? A cadeia alimentar é clara, o maior come o menor e nós vamos estar envolvidos nela. Como nós vamos ficar futuramente? E os nossos pescadores e os nossos maricultores que estão aqui presentes, que vivem da baía sul? Eles não precisam ser doutores (*palmas*)... Temos o senhor João José, que acabou de falar aqui, temos lá o Valdir, nosso representante das associações, a Tatiana e outros maricultores, cara, a gente não precisa ser especialista, eles vivem 24 horas a baía sul, e não precisa vir uma empresa do Rio Grande do Sul para falar o que a universidade está dizendo o contrário, quem dos pescadores fala ao contrário, pessoal?A conta não fecha!

Como é que nós vamos ficar no futuro, nossos filhos, nossos netos? E o pessoal que vive da baía sul?

Essa é a pergunta. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Rodrigo.

Com a palavra o senhor Deni Manoel Pedro, representando a Sociedade Amigos da Barra do Sul.

**O SR. DENI MANOEL PEDRO** – Boa noite a todos, boa noite à mesa. A minha fala acho que vai ser rápida, apesar de eu falar muito devagar.

Pessoal da mesa, eu moro lá na Caieira da Barra do Sul, faz sentido eu dar descarga no meu vaso lá na Caieira da Barra do Sul, trinta quilômetros daqui, esse meu entulho (*ri*) — deu até um nó — é transportado lá da Caieira, trinta quilômetros, para jogar aqui? Qual a culpa tem vocês com a minha bosta (*risos*)?

Gente, não faz sentido, não tem a menor racionalidade esse projeto, não tem a menor racionalidade, Casan, Estado e Município! Não há!E olha que eu não entrei nem na questão de que é claro que vai poluir, é claro que vai contaminar. Não tem essa conversa, Casan! Eu quero muito que a Casan continue operando o nosso sistema, eu tenho muita admiração e respeito pela Casan e quero que o trabalho de tratamento de esgoto e de água seja público, porque é um serviço que tem que ser público.

Agora, não há racionalidade, vocês me perdoem! Eu não sou técnico, não entendo bulhufas nenhuma, mas não há racionalidade, tanto pela questão do esgoto, da contaminação, quanto pelo transporte. Então eu acho que o ponto é muito simples: o tratamento tem que ser descentralizado e pronto.

Eu faço meus legumes lá, eu trato os meus legumes lá e está tudo resolvido.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Deni.

Com a palavra o senhor presidente da Federação das Empresas de Aquicultura (Feaq), Fábio Faria Brognoli.

**O SR. FÁBIO FARIA BROGNOLI** – Boa noite a todos.

Eu represento a maricultura de Florianópolis.Nós somos a quinta economia do Município, já tivemos mais peso, mas como muitas coisas nesta cidade passaram por uma fase maior e hoje está em um período mais trabalhoso. Ontem à noite fiquei imaginando a questão do Rio Tavares, se a estação já estivesse funcionando, o extravasor estaria atuando em toda aquela área que ficou inundada até hoje ao meio-dia. Então nós teríamos ali uma matéria orgânica, vamos dizer assim, muito efervescente.

Poxa, a Casan está estudando desde 2005 essa discussão, a gente vem participando desde esse período, porque o primeiro projeto da Casan colocava um emissário no meio dos cultivos, a primeira discussão que foi apresentada era um emissário na Tapera, e até hoje o grande problema é esse: onde colocar, e a Casan sempre vem com a mesma discussão: só dá aqui! Só dava no Rio Tavares, só dava no Campeche, agora só dá para ser aqui no Saco dos Limões. Existem outras possibilidades, o professor Paulo Horta trouxe uma possibilidade, o Afrânio trouxe uma discussão que a gente levantou na outra reunião, ou seja, tem que parar e reestudar,tem que ter outra saída, é impossível que só tenha essa saída. Daqui a pouco vão dizer: já que o pessoal do Saco dos Limões está resistindo, então só vamos ter outro lugar para colocar, sei lá, vai ser na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, e só vai ter lá! Entendem? Então a Casan tem que rever e se abrir para o novo, para as outras opções, porque existem outras opções.

O nosso grande medo na maricultura é a maré vermelha, o professor Paulo Horta já falou isso aqui, esses 200 litros por segundo são extremamente ricos, como foi demonstrado ali, que estão abaixo, mas são valores exorbitantes de água. Então a gente estará colocando num local onde não tem circulação de água e vai estar com esse material rico, produzindo principalmente fósforo, nitrogênio e potássio, que são nutrientes para vegetais. Isso vai gerar um *bloom* de algas que pode ser extremamente tóxico ou não, mas muito provavelmente vai gerar esse *bloom* de algas e vai atingir a atividade da maricultura.

Outro grave problema é esse volume de água doce entrando. Tivemos ontem o exemplo da chuva na região do Barro Vermelho, onde a salinidade baixou 18 partes por 1.000, em 24 horas de chuva, então a gente vai ter uma mudança no ambiente muito drástica e água doce não combina com maricultura, não combina com cultivo de algas, não combina com peixes. Eu acho que é extremamente necessário se repensar esse projeto, se aprofundar na discussão, pegar quem tem outras propostas e sentar com a Casan, como o Vereador Afrânio falou, é uma ação que não vai voltar atrás e aí as comunidades vão sofrer eternamente com esse problema.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Fábio.

Com a palavra a senhora Vera Lúcia Bridi, membro da Associação de Marinheiros e Pescadores do Farol de Naufragados e do Fórum de Pescadores e Pescadoras das Baías da Grande Florianópolis.

**A SRA. VERA LÚCIA BRIDI** – Boa noite a todos.

Primeiro eu gostaria de saber, nesses estudos que foram realizados, se vocês perceberam, tanto o Município quanto a operadora, que existem campos de maricultura demarcados em todas as áreas das baías; que nós somos comunidades de pesca artesanal e, como tal, temos direitos preferenciais de ocupação e de gestão. Qualquer implementação de equipamento público precisa passar por consulta prévia bem orientada, com Estudos de Impacto Ambiental, Estudos de Impacto de Vizinhança, EIA-Rima etc.E nós nunca fomos consultados a esse nível. É preciso mesmo que se faça um estudo, uma auditoria, como disse o Afrânio,  
para que sejam verificados esses estudos que estão sendo apresentados, qual é realmente a qualificação deles.

Nós temos além da pesca artesanal, não só na parte insular, mas na parte continental, todas as áreas da baía sul e da baía norte de Florianópolis são territórios da pesca artesanal demarcados pelo Fórum, numa autodemarcação. As áreas de maricultura foram licenciadas pela União com cessão de uso, estão demarcadas, são territórios dos povos tradicionais, a maricultura familiar é tradicional, o extrativismo de berbigão também é tradicional. Precisamos dos berçários marinhos, que são os manguezais, porque eles mantêm a salubridade.

E nós gostaríamos de perguntar uma coisa aqui: esses estudos alternativos vão ao contrário das diretrizes primárias de Engenharia Sanitária, porque pelas diretrizes primárias os lugares mais impróprios de lançamento de esgotamento finais das estações deveriam ter corrente de vazão, e escolheram justamente o lugar com menor corrente de vazão. Então, estudaram a hidrodinâmica da baía, o professor Eloi Melo subsidiou os estudos também, nós estamos discutindo isso em audiências públicas, em conferências,as nossas demandas todas aprovadas dizendo: não mantenha salubridade das águas aquícolas, das águas das baías, das águas de pesca e de maricultura. E no nosso entendimento, pelas informações que tivemos dos técnicos universitários, não está sendo respeitada. Esses estudos alternativos colocaram toda essa concentração de esgotamento nessa área. A magnitude de vazão, que é de 200 litros, de 17 milhões a 77 milhões, com certeza vai afetar a salinidade. Mas nós sabemos que as estações, mesmo terciárias, não dão conta da eliminação de uma série de patógenos, como antrax, botulismo, leptospirose, hepatites e pode realmente proliferar as algas vermelhas.

Agora, para a floculação que vocês estão falando de 98%, eu gostaria de saber: é 98% de depuração de nitrogênio...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Mais dois minutos.

**A SRA. VERA LÚCIA BRIDI** – Para o Município, esse Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico está determinando exatamente quais são as áreas, porque 200 litros por minuto é uma população de 90 mil pessoas e essa área aqui não tem 90 mil pessoas? Ela está considerando dar prioridade para quem já ocupa o território ou para a liberação de alvarás na grande planície do Campeche?A capacidade de suporte da Ilha não consegue dar conta de uma população tão grande, é preciso que realmente haja esse tipo de estudo.

Lá onde moramos, no extremo sul da Ilha, somos uma comunidade de pesca da Caieira da Barra do Sul, nós não temos nenhum marcador dizendo que vai ter rede de esgoto ali a partir da Freguesia, nós estamos a quinze quilômetros além da Freguesia, então não está demarcado exatamente no plano integrado quais são as áreas que vão ser colocadas.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que das comunidades de pesca, extrativismo e maricultura nós não estamos dando referendo a esse plano, a esse equipamento de ETE com lançamento dentro da vala, ali na área estacionária. Nós não achamos que existam medidas mitigatórias ou compensatórias capazes de pagar o extermínio das comunidades de pesca artesanal, nós precisamos da solubilidade das águas para manter a segurança alimentar e também manter a integridade das nossas comunidades que vivem disso, são comunidades tradicionais e como tais o estatuto de demarcação, em relação à manutenção da qualidade das águas, tem que ser respeitado.

É isso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Vera.

Eu passo a palavra ao senhor Mazinho, Ademar Alarício do Espírito Santo. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura: Jênifer Girardi*]

**O SR. ADEMAR ALARÍCIO DO ESPÍRITO SANTO (Mazinho)** – Eu quero cumprimentar todo esse povo do sul da Ilha e cumprimentando o povo, faço um cumprimento extensivo à mesa.

Eu nasci em 1965 na comunidade de Naufragados, a minha família remonta aos anos 800, e no ano de 1970, por uma questão que não vou levantar agora, precisei vir para a comunidade vizinha de Caieira, inclusive o colega que me antecedeu, o Deni, fez um apanhado bastante interessante, muito interessante mesmo.

Eu quero dizer que naquele período a palavra esgoto não fazia parte do nosso vocabulário, nós não sabíamos o que era. No entanto, eu ia pescar nas pedras de Naufragados e não tinha medo de comer o peixe dali, nem de tirar o siri ou coisa do gênero. Mas, em 1980 eu terminei o primário e depois vim estudar aqui no Celso Ramos, na prainha, e acabei tendo que transitar nesse espaço do Saco dos Limões. Em alguns períodos de chuva o ônibus não chegava até lá, porque só tinha um ônibus para ir e outro para voltar, mas eu morei também aqui no Saco dos Limões e comi o peixe, o camarão, sem medo naquele período. Quem é que faz isso hoje, com a mesma coragem?

Outra coisa é com relação à Casan, criada se eu não me engano por um Governador que faleceu há pouco tempo. Nós queremos a Casan pública, porque vocês imaginem se fosse privada se sendo pública já está desse jeito! Eu lamento ter que dizer isso, como catarinense eu me envergonho, inclusive – não pensei que lá de Naufragados um dia eu tivesse que ir no microfone dizer isso.

Eu vi na apresentação do professor Paulo Horta a questão macro, que é bastante preocupante. Mas venho trazer aqui, conjuntamente com os demais que me antecederam, a questão micro, que não é tão micro. Quero dizer também que represento aqui a Amopran de Naufragados na APA da Baleia Franca, ajudei no Conselho Gestor a construir um plano de manejo, inclusive a Resex do Pirajuba é nossa coirmã na APA da Baleia Franca. E muito nos engrandece, a partir do ano 2000, a Lei 9.985, porque se não fosse essa lei... apesar de que algumas vezes se pega a lei em punho e não se reconhece as comunidades tradicionais, como é a comunidade de Naufragados.

Para finalizar a minha fala, quero dizer que com a preocupação da conservação e da preservação, eu venho de família de pescadores, mas tive a grandeza e a oportunidade de poder oferecer estudo para o meu filho e ele está concluindo o curso de Química, está fazendo no trabalho de conclusão de curso um estudo sobre o rio de Naufragados. Ele já apresentou a primeira parte e vai apresentar a segunda em fevereiro. E o que eu vi ali na apresentação da Casan é que o rio de Naufragados não está poluído neste momento, mas eu espero que daqui a vinte anos nós não estejamos a passar pelo mesmo processo que o Saco dos Limões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Mazinho.

Registro a presença do professor e sempre Vereador Lino Peres.

Com a palavra a senhora Simone Lueneberg Coelho, membro da Associação Coletivo UC da Ilha. (*Palmas.*)

**A SRA. SIMONE LUENEBERG COELHO** – Boa noite a todos e a todas.

(*Passa a ler.*)

“Eu me chamo Simone, sou estudante de graduação em Ciências Biológicas na UFSC e hoje estou representando a Associação Coletivo UC da Ilha, que possui uma cadeira no Conselho Deliberativo da Resex.

Foi enviada uma carta pelo Conselho Gestor Deliberativo da Resex destinada à Procuradora Analúcia (com cópia para a Prefeitura de Florianópolis, para a Casan, para o ICMBio e para o IMA), manifestando o seu repúdio ao lançamento de efluentes de esgoto na baía sul de Florianópolis e no Rio Tavares, como preveem os ‘Estudos Complementares e de Alternativas para o Lançamento do Efluente Tratado do SES Sul da Ilha-Fase Rio Tavares’, apresentados pela Casan, o que confronta a decisão do Conselho Gestor nas discussões sobre o tema que iniciaram antes de 2014 e que estão fundamentadas no conhecimento tradicional e em estudos técnicos produzidos por instituições como UFSC, ICMBio e Univali.

O Coletivo UC da Ilha reforça o pedido de que não seja liberado qualquer despejo de efluentes da ETE Rio Tavares/Campeche que venha causar impactos diretos e indiretos a essa unidade de conservação e às comunidades que delas dependem para a sua alimentação, o seu lazer, a manutenção da tradição e como fonte de renda.

Informamos, ainda, que foi entregue nesta semana ao atual presidente do ICMBio, Mauro Pires, no Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas (Sapis), uma solicitação direta referente ao cancelamento da autorização dada em 2017 ao licenciamento da ETE, desde que o despejo fosse na baía do Saco dos Limões. O manguezal, os bancos de berbigão e a vida marinha de uma maneira geral estão profundamente ameaçados por esse projeto. Não existem garantias de que os efluentes lançados na baía não irão impactar negativamente a Resex Marinha do Pirajubaé.

Alertamos pelo princípio de precaução e pela garantia de conservação da vida que a Resex contempla: comunidade pesqueira e extrativista com mais de 250 famílias beneficiárias, de acordo com o cadastro do ICMBio, e conservação do maior manguezal de Florianópolis, o manguezal do Rio Tavares, que por sua vez nos proporciona inúmeros benefícios ecossistêmicos para toda a cidade e região da Grande Florianópolis.

Principalmente em eventos climáticos extremos, que estão ocorrendo com cada vez mais frequência, com regulação dos efeitos das marés e contenção das águas de chuvas, as áreas alagadas na cidade, hoje, são áreas desse manguezal que foram aterradas e ocupadas sem planejamento.”

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado. Essas falas são muito valorosas.

Eu tenho aqui algumas questões a serem colocadas, inclusive pedir uma réplica de respostas para os integrantes da mesa que se manifestaram.

A primeira delas é que o IMA pudesse relatar sobre esse processo de licenciamento de uma maneira geral, que já foi relatado, porém eu gostaria que deixassem isso bem declarado, sobre as etapas desse processo de licenciamento e, principalmente, como está se dando essa primeira etapa, trazendo 200 litros por segundo para serem lançados nos emissários terrestres do canal de infiltração aqui da baía sul; e a etapa de 900 litros por segundo, se é o mesmo processo de licenciamento ou se são processos distintos. Queria que isso ficasse bem definido. E que fossem colocados quais são os procedimentos para essas etapas.

Uma outra questão para a Casan, sobre a qual já foi falado: sobre a divulgação de que já foi realizada a licitação da obra, isso permanece ou não? Para que fique bem definido. Qual a empresa responsável pela obra, o cronograma e o valor de contrato? E se as condicionantes do ICMBio foram contempladas no edital licitatório. Então eu queria que isso também ficasse bem definido para podermos propor os encaminhamentos.

Quero perguntar para o ICMBio, para o IMA e para Casan qual é o impacto da carga hídrica do Rio Tavares se o sistema extravasor for acionado. Foi colocado isso em algumas questões. Qual a vazão dos efluentes que serão lançados no rio e por consequência na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé?

E, por fim, eu acho que tem uma imagem ali (*aponta para a imagem*), quero perguntar se durante todos esses estudos foram considerados ou não, no plano de emergência ambiental, os impactos das mudanças climáticas, porque já temos modelagem, o professor Paulo Horta colocou. Eu reforço com a imagem demonstrando o quanto toda essa área, da região do manguezal do Rio Tavares e dessa planície, especialmente da área aterrada, sofrerá com o impacto direto do aumento do nível do mar. E isso está deflagrado, isso não é algo que vá acontecer daqui a vinte anos, trinta anos, cinquenta anos, está muito próximo, e as modelagens, em princípio, têm sido consideradas ou não, especialmente para os canais?

Quero ainda perguntar para a Casan e para o IMA se existe a possibilidade ainda de serem consideradas ou não as alternativas de lançamento que foram apresentadas, as duas que ficaram naquele processo da triagem apresentados pela Casan, que é uma ETE que trata do abastecimento de água, o efluente tratado e os sistemas de infiltração que foram colocados. São irreversíveis essas propostas ou existe espaço para que a gente retroceda dessa proposta final de lançamento aqui na baía sul?

Quero dizer ainda que algumas falas colocaram algumas questões sobre a concepção geral do sistema e eu tento tomar um cuidado enorme, porque eu estou conduzindo esse processo, mas eu tenho uma posição do ponto de vista técnico, e todo mundo sabe dessa posição, eu acredito muito no saneamento ecológico descentralizado. É uma alternativa, não é para toda a realidade, mas precisamos considerar que vivemos numa cidade que é uma ilha e as condicionantes dessa ilha acabam por dar condições para pensarmos outros modelos.

E aí eu quero aqui dizer que concordo com a fala da doutora Analúcia Hartmann, de que as decisões têm sido muito mais no âmbito político. Não num sentido de bloquear a participação dos técnicos, e aqui na mesa grande parte ou quase todos são técnicos, mas que acabam sendo conduzidas ou mesmo direcionadas por decisões políticas. Eu vivo numa Casa política que é a Assembleia Legislativa, sabemos como as coisas se movimentam e sabemos o quanto precisamos enfrentar, e a força é do povo, o poder é popular, não temos dúvida sobre isso, e precisamos entender que precisamos avançar nesse processo. A mobilização da comunidade precisa se manter firme se essa é a posição. Em todas as falas, nenhuma delas aqui apoiou a iniciativa, portanto eu quero dizer que precisamos avançar na questão política, subir o degrau para que empreendimentos como esse, no qual os técnicos são pressionados e têm que dar respostas, acabando por serem atropelados, não venham goela abaixo. Quando o técnico aqui embaixo diz não e lá em cima, numa articulação política, se diz sim, isso é altamente prejudicial, e sabem por quê? Porque o próximo passo é a judicialização e esse imbróglio de todo o procedimento judicial não vai resultar em ações práticas na ponta, vai nos deixar de mãos atadas e o sentimento na população de que não vale a pena se mobilizar.

Então eu quero reforçar a importância deste espaço e, por isso, aproveitamos a audiência pública e o espaço político institucional que temos para garantir a voz e as posições que vamos tentar conduzir aqui através dos encaminhamentos.

Por fim, quero colocar uma posição em cima do que foi falado, que se se der a descarga lá na Caiera da Barra do Sul, para onde vai? Hoje, na minha casa, tenho essa condição e poderia ser feito em muitas casas, que são os sistemas individuais de tratamento no lote, e nós temos dezenas de alternativas para isso. Eu acho que precisamos avançar nesse processo. Na minha casa, há vinte anos, eu faço a compostagem e o tratamento dos meus efluentes com as fezes, a urina é tratada através de plantas e sistemas físicos. Não é um bicho de sete cabeças, isso está comprovado, e nós temos aqui o Gesad, na Universidade Federal de Santa Catarina, com a professora Maria Elisa Magri e o professor Paulo, que são referências de programas de desenvolvimento no mundo. Eu fui extensionista rural e implantamos 120 banheiros secos dessa natureza na região semiárida, e é uma possibilidade real. Só que não resolve o problema de uma maneira geral e eu não vou advogar sobre esse modelo, sabendo que ele não resolve o problema geral, mas ele pode ser uma das alternativas. E aí eu reforço a importância sobre a concepção geral, pensar esta cidade como uma cidade-ilha.

Portanto, faço essas considerações para avançarmos.

Eu vou passar a palavra para a mesa, iniciando pela Casan, que é a principal respondedora aqui das questões, mas quero agradecer também pela confiança e pelas manifestações que foram feitas.

Obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. FILIPE ALCIONI SILVA** – Boa noite. Cumprimentando o Deputado, cumprimento os demais da mesa.

Nós ponderamos todos os questionamentos, alguns foram opiniões e desabafos, eu diria, então esses não temos muito o que comentar. Desses comentários, tentamos puxar perguntas, algumas para auxiliar, e se tiver algum outro questionamento ficamos à disposição.

Antes de mais nada, meu nome é Filipe Alcioni, estou como superintendente, sou engenheiro civil da Companhia, e a Andréia é engenharia sanitarista, gerente de Meio Ambiente. Então algumas perguntas ela vai responder e algumas eu vou responder.

Qual foi o primeiro questionamento?

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – Bom, a gente elencou algumas perguntas aqui. Em relação a extravasores na ETE, a Estação de Tratamento de Esgoto não prevê extravasores, não tem um equipamento extravasor na estação, e muito menos que seja enviado para o Rio Tavares. O extravasor é previsto por norma brasileira nas elevatórias de esgoto para períodos de chuvas torrenciais, para a elevatória eliminar as chuvas torrenciais, mas na Estação de Tratamento de Esgoto não há extravasor.

O sistema de tratamento de Florianópolis já é semidescentralizado. Hoje temos seis Estações de Tratamento de Esgoto na Ilha, inclusive a parte continental de Florianópolis envia o esgoto para ser tratado lá em São José. E a dificuldade que nós temos aqui na Ilha de Santa Catarina é o local para a disposição final do efluente. Nós adoraríamos botar mais ETE espalhada ainda pela cidade. A ETE Rio Tavares será a sétima Estação de Tratamento de Esgoto aqui da cidade. No entanto, nós esbarramos naquela questão da disposição final do efluente. Na Caieira da Barra do Sul não tem local, não tem rio suficiente, não tem solo suficiente para dispor esse efluente tratado.

As tecnologias apresentadas pelo professor Paulo Horta, as quais conheço, porque acompanho bastante o trabalho dele, a Casan vem implementando algumas delas em locais apropriados para isso, mas, mesmo assim, mesmo implementando os sistemas de *wetlands*, ainda precisaríamos de um local para dispor esse efluente final.

Sobre a pergunta do seu João, sobre a Tapera: a rede que já está implementada vai ser operada de imediato e está prevista a ampliação de rede no bairro Tapera para tratamento na ETE Rio Tavares.

Agora, em relação às perguntas do Deputado Marquito, a ALA 09, de 2017, do ICMBio, existem algumas condicionantes ambientais, inclusive elas estão sendo contempladas no processo de licenciamento nos programas ambientais. O ICMBio até questionou recentemente o processo de licenciamento e o IMA questionou a Casan, e nós respondemos sobre o cumprimento dessas condicionantes da ALA 09, de 2017.

A empresa que ganhou foi o Consórcio STC Veloso, de São Paulo. A obra, apenas da ETE, é de R$ 53 milhões, com previsão de 18 meses...

(*O senhor Filipe Alcioni Silva manifesta-se fora do microfone: “Para finalizar a ETE?”*)

Para finalizar a ETE.

(*O senhor Filipe Alcioni Silva manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Já estão construídos lá R$ 45 milhões e são mais R$ 53 milhões para finalizar a Estação de Tratamento de Esgoto. E o restante tem estimativa de R$ 27 milhões. Como não foi licitado ainda, a estimativa é de R$ 27 milhões para finalizar o sistema de esgotamento sanitário.

Em relação às outras alternativas estudadas, Marquito, vimos ali que disposição no solo não é possível, pois aqui no sul da Ilha não temos solo suficiente para absorver 200 litros por segundo. Existem várias características, conforme a tabela apresentada, mostrando o que o solo tem que ter, e nós não dispomos dessa área, conforme tecnicamente viável para a disposição.

Quanto ao reuso, também vemos que aqui em Florianópolis é difícil, não temos indústrias, não temos agricultura para toda a demanda, mesmo utilizando para regar jardins, bombeiros, ainda seria um valor irrisório comparado à produção do esgoto.

Em relação à Estação de Tratamento de Água, a questão que a gente esbarra é em legislação. O Brasil ainda não tem legislações que viabilizem esse tipo de tratamento, para implementar uma Estação de Tratamento de Água.

Acho que seriam esses os questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Nós demos uma estudada no processo e está previsto um sistema extravasor, o *by-pass*, no qual inclusive o lançamento é feito de forma emergencial, o receptor emergencial, que é uma tubulação até o Rio Tavares. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Vera Regina Zacca*]

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – Isso já foi um equívoco no estudo do licenciamento apresentado e na última resposta ao ICMBio falamos que não estava previsto, que essa parte no sistema não vai ter, que foi um equívoco nosso, não terá nenhum *by-pass* para a ETE Rio Tavares. Essa parte do estudo já foi esclarecida e não terá nada de extravasor, nem de *by-pass* para o Rio Tavares.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. SANDRO GARCIA** – Eu gostaria de saber se os extravasores foram retirados de todo o documento ou são vocês falando aqui hoje que não terá mais, porque lá no documento ainda estão previstos os extravasores, ainda estão nos documentos, ou eles já foram retirados dessa documentação? Porque vocês falarem aqui que não vai ter mais e na documentação que estão mandando estarem previstos os extravasores, vamos acreditar no que está no documento.

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – O IMA nos questionou, através de um ofício do ICMBio, com relação ao cumprimento das condicionantes da ALA 09 e nós esclarecemos que nessa parte não terá nenhum *by-pass* no processo de licenciamento para o Rio Tavares.

Neste mês de novembro o IMA pediu informações complementares e foi uma informação técnica. A Casan irá entregar novos estudos e novos esclarecimentos para o IMA e deixará bem claro essa parte de que não terão os extravasores para o Rio Tavares.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Eu só queria fazer uma última pergunta: existe a disponibilidade técnica de atender ao que o Vereador Afrânio colocou, de se fazer um estudo ou uma auditoria externa bancada pela Casan? Eu estou perguntando se existe disponibilidade técnica, a política vamos trabalhar no político.

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – Então, todos os estudos que foram feitos têm uma ART, Anotação de Responsabilidade Técnica, todo aquele estudo é creditado pelo Crea, estaríamos colocando em dúvida a credibilidade do Crea em relação ao estudo realizado. Para nós, para a Casan, contratamos um estudo com responsabilidade técnica sobre aquelas informações feitas, e é uma pessoa capacitada que dá aquelas informações.

(*O senhor Gert Schinke manifesta-se fora do microfone: “Vamos fazer um estudo da modelagem.”*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Então para a Casan está superado?

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – O Deputado até pode questionar isso oficialmente para a Companhia para ser respondido, até para a avaliação pela diretoria, eu não sou da diretoria da Companhia para responder, mas como resposta imediata, acreditamos que tem uma responsabilidade técnica em relação a esse estudo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Eu faço essa pergunta porque é técnica, a audiência pública é política e fará os encaminhamentos políticos.

**O SR. FILIPE ALCIONI SILVA** – Tecnicamente sempre é possível fazer outro estudo, não há o que contrapor. O único porém é que já foi feito um estudo, custeado pela Companhia, e teria que haver um motivo técnico para se fazer um novo estudo. Então isso vai passar pela diretoria, mesmo eu, como superintendente, não teria o crivo para poder fazer isso.

Então, eu acho que saindo de uma audiência pública tem um peso, protocolem na Companhia e a diretoria vai fazer a avaliação e, se assim entender, fazer um estudo complementar. Mas no nosso entendimento o estudo durou três anos e não foi feito pelos técnicos da Casan, apesar da competência. Como ali é um estudo muito detalhado, com várias nuances, acabamos contratando uma empresa específica. Então, como empresa pública, eu não posso – a doutora Analúcia há de convir – fazer várias contratações para o mesmo objeto, mas faço uma provocação.

(*A senhora Procuradora Analúcia de Andrade Hartmann manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Isso, complementar, desde que justificado que existe essa necessidade comprovada, mas volto a dizer, vai ser uma decisão de diretoria, não conseguimos dar esse o.k. aqui.

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – Comentando sobre essa questão da auditoria, ele é um dispositivo previsto no nosso Código Estadual e está disponível no nosso Código de Meio Ambiente aqui do Estado de Santa Catarina, mediante decisão motivada o órgão ambiental licenciador tem essa possibilidade ou essa capacitação de exigir uma auditoria ambiental.

Deputado Marquito, muitas das manifestações aqui levam em conta a questão da salinidade, a questão da concentração de alguns micro e macronutrientes, nitrogênio, fósforo, nitrogênio amoniacal, também a questão de temperatura, enfim, diversos itens aqui em relação ao licenciamento, assim como também a questão da fauna, eles foram avaliados pela nossa equipe técnica e foi encaminhado, acredito que não faz um mês, foi ainda no mês de novembro, um pedido de complementação desses estudos que foram apresentados pela Casan ao Instituto do Meio Ambiente, justamente porque a nossa equipe técnica que está analisando esse processo verificou, sim, eu não digo contradições, mas informações diferentes, tivemos acesso a estudos que traziam dados conflitantes.

Então, nesse sentido a nossa equipe sugeriu, ou melhor, não foi nem uma sugestão, foi uma própria informação técnica, um pedido de complementação a esses estudos ambientais que foram apresentados pela Casan ao Instituto do Meio Ambiente.

Agora comentando um pouco sobre o licenciamento ambiental. Como eu disse, são três fases: o licenciamento prévio, de instalação e operação. Falamos aqui de um processo único, mas com três protocolos diferentes, três formalizações distintas. Nós temos a estação de tratamento de afluente propriamente dita, localizada aqui no Rio Tavares; temos também o ponto de lançamento aqui no Saco dos Limões; e existe um terceiro processo, que é o emissário submarino no Campeche, este também na fase de licenciamento ambiental prévio e na fase de complementações. O IMA exigiu mais uma série de modelagens para compreender toda a dinâmica e a hidrodinâmica e a questão da diluição.

Sobre o emissário submarino, foi bastante polêmico. Já houve audiência pública desse processo, inclusive. No entanto, é uma solução adotada mundo afora, nos países desenvolvidos e aqui mesmo no Brasil. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e alguns do Nordeste já adotam a solução do emissário submarino, indo mar adentro.

Eu não sei se atendi todos os questionamentos?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Há uma questão, se foi prevista ou não, a consulta prévia às comunidades tradicionais, e também a questão da audiência pública com a comunidade. Foram duas falas.

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – Só me confirma, Luís, se foi solicitada uma consulta às comunidades? O Luís é o nosso sociólogo. Por favor, Luís, se puder me dar um apoio aqui.

(*O senhor Luís Fernando de Souza Borges manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Eu respondo pelo setor de licenciamento. Ficamos com o compromisso de verificar o sistema de ouvidoria e a nossa fiscalização. Eu não tenho essa informação de pronto aqui, talvez a Casan também possa responder.

Luís, por favor, sobre a questão das comunidades tradicionais, das colônias de pescadores.

**O SR. LUÍS FERNANDO DE SOUZA BORGES** – Boa noite a todos. Eu sou o sociólogo que está analisando esse processo.

Sobre a questão da consulta à população, há duas questões que precisamos salientar. Primeiro, é que o processo é um EAS, Estudo Ambiental Simplificado, classificado como porte *m* e potencial poluidor *g*. Portanto, não haveria obrigatoriedade no processo de licenciamento de se realizar uma audiência pública. No entanto, na leitura do processo e nas manifestações das comunidades sobre o impacto na região, entendemos que é fundamental que a população seja devidamente consultada.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

É fundamental que a população seja consultada e que haja estudos apropriados. Então, uma primeira coisa que conversamos na equipe é que, mesmo que não tenha previsão de uma audiência pública, que seja feita uma audiência pública ou o que considerarmos uma reunião técnica informativa, nos moldes que temos aqui. Isso envolveria uma divulgação prévia, com divulgação na mídia e tempo para que as pessoas possam ter acesso às informações. Além disso, seria elaborado algo similar a um relatório de impacto ambiental para que vocês possam participar dessa reunião com informações mais consistentes sobre o processo. Este é um primeiro ponto.

Sobre a questão do estudo que foi levantado, a leitura inicial viu bastante necessidade de complementações. Teve uma consulta? Em parte teve, porque foi feito um estudo que nos foi encaminhado. Ele falava de oficinas que foram feitas na comunidade, porém essas oficinas foram feitas em 2019, não são abrangentes o suficiente e a população dos bairros afetados não foram consultados da forma que deveriam ser. Então toda a complementação que solicitamos, em específico no meio social, sendo franco, é praticamente fazer novamente o estudo, porque aquilo que foi encaminhado é uma coisa bastante genérica e precisamos ter informações mais seguras.

Então, essa consulta à população está em um estágio bem inicial. É necessário refazer os estudos para serem avaliados. Portanto, eu não teria condições de fazer qualquer manifestação técnica acerca do que foi até então encaminhado.

Eu não sei se respondi a questão que foi colocada, mas essa consulta à população vai ter que ser dada de duas formas: uma que sejam feitos os estudos novamente e que sejam feitos levantamentos das comunidades pesqueiras, dos maricultores, da própria população dos bairros Saco dos Limões e da Costeira do Pirajubaé. Enfim, estamos em fases bem iniciais dos estudos.

**A SRA. VERA LÚCIA BRIDI** – Sobre essa consulta que estamos solicitando, respaldada pelo Decreto Federal nº 6.040, do qual o Brasil é signatário da Convenção 169, eu gostaria de dizer que as comunidades afetadas não estão restritas ao Saco dos Limões, à Costeira do Pirajubaé, à Tapera, que seja, ao Carianos, que estão bem próximos.

Não sei se é sabido que os nossos pescadores, mesmo sendo do extremo-sul, estando quase a quarenta quilômetros daqui, vêm pescar camarão aqui, porque aqui é um pesqueiro de camarão. Além disso, o peixe que nasce aqui não permanece apenas nesta região, ele vai para todos os lugares. Se ele estiver contaminado aqui, ele vai ser contaminado em todos os lugares.

Eu acho que não me senti respondida também na questão de por que os sistemas dos estudos alternativos foram colocados de locação, de lançamento final no lugar mais impróprio, com menos corrente de vazão, e chamaram isso de alternativo. A outra questão é essa verbalização contínua de que há uma eficácia de 98% de depuração. Exatamente, estão se referindo a quê? Porque nós lemos livros do professor Fernando Botafogo afirmando que mesmo em tratamentos terciários persistiam vários patógenos, metais pesados e hormônios, inclusive até o próprio processo de tratamento para poder fazer floculação vocês utilizam alumínio para decantar, né?

Então gostaríamos de saber se isso vai persistir ou se será uma fala bem restrita? Exatamente a que processo desses 98% estão se referindo quando colocam isso numa audiência?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Vera.

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – Obrigado, Luís, pelos esclarecimentos.

Eu só queria fazer uma complementação sobre a questão da audiência pública. A nossa legislação estadual, embora a resolução do Conama preveja que pode haver para o caso do EIA-Rima, a nossa legislação estadual prevê que, devidamente solicitado por cinquenta pessoas ou comunidades, podemos elaborar uma audiência pública ou uma reunião técnica informativa. E esse pedido aconteceu, as comunidades estiveram no IMA há duas semanas e houve um compromisso da nossa parte, então, de elaborar um regimento simplificado, não tanto quanto em uma audiência de EIA-Rima, mas uma reunião técnica informativa pública acerca do processo de licenciamento.

Por que ela não aconteceu ainda? Falando dos processos de EIA-Rima, os Rimas são disponibilizados à comunidade, à população após análise dos técnicos do IMA. Quando os técnicos entendem que o processo já atingiu uma maturidade científica e está pronto para ser apresentado à comunidade, esses processos são publicizados e uma audiência pública é agendada. Dessa forma a população tem acesso a esse documento, que já foi pré-analisado pelo IMA. Não é a situação desse processo, porque nós o recebemos em fevereiro, houve uma primeira análise, e como o Luís expôs aqui existia a necessidade de uma complementação. Estamos aguardando essas complementações para avaliar se já existe uma maturidade para uma discussão pública acerca dos estudos que o IMA consideraria adequados.

**O SR. SANDRO MAURÍCIO SILVEIRA** – Em relação ao que tu falaste, que teve alguma divergência entre o que a Casan apresentou e que vocês solicitaram um novo estudo, a gente solicitou que vocês encaminhassem para mostrar toda a documentação. Vocês vão conseguir encaminhar também essa divergência para nós, a hora que tiver com o...

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – São os estudos da Univali que foram atualizados pela própria Casan. Seriam essas complementações: questões de salinidade, questão da fauna...

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

É, seria uma atualização, foi...

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Não, Engeplus foi o que a Casan apresentou, Univali é o estudo que existe, já existia.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

É, isso...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Pessoal, quem se manifestar tem que usar o microfone, porque está sendo transmitido e a gente...

**O SR. FÁBIO CASTAGNA DA SILVA** – Essas peças constam do processo de licenciamento e como a gente já se comprometeu aqui também, houve o pedido da Associação, o licenciamento ambiental é público, então qualquer um pode ter acesso a todas as peças, né? A integralidade do processo de licenciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Ótimo.

Com a palavra a doutora Analúcia Hartmann.

**A SRA. PROCURADORA ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN** – É bem rapidinho, só porque eu acho que está havendo uma diferença de nomenclatura aqui. Vocês responderam uma indagação sobre a consulta informada, que é prevista na Resolução 169, em favor das populações tradicionais, com uma audiência pública, que é previsão da legislação ambiental e que tem outro formato. É bem diferente, né? Eles têm direito como populações tradicionais a ter uma consulta informada e essa consulta informada tem um resultado, e isso vai ter que ser considerado. O grande problema dessas audiências públicas é que já se parte para uma alternativa já escolhida, e aí faz uma audiência pública só para explicar quais são os estudos e pareceres que já identificaram a alternativa, é só uma formalidade, não é participação da população na decisão de meio ambiente, que esse é o principio de direito ambiental.

**A SRA. VEREADORA TÂNIA RAMOS (Florianópolis/SC)** – Eu gostaria de fazer uma pergunta para a Casan.

A Casan está disposta a sentar e a organizar com outros órgãos que estão trazendo alternativas? Ou a Casan não está disposta a sentar e discuti?

É como a doutora Analúcia falou, não adianta a gente participar de outra audiência pública e vocês explicarem o que explicaram aqui. O entendimento é que a comunidade não aceita. Então existem alternativas que a comunidade quer ter a chance de discutir junto com outros técnicos. E aí eu faço essa pergunta: a Casan está disposta a sentar com outros técnicos para que possamos chegar a uma solução para o Município, na verdade para a própria comunidade? [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL –** Toda a alternativa é válida e acho que tem que ser colocada na mesa. Só lembrando que a gente tem que ter alternativas para a disposição final do afluente, não alternativas para tratamento de esgoto, porque são coisas diferentes. Mas se houver alternativas, com certeza elas podem ser respondidas e avaliadas dentro da Companhia, podem ser apresentadas para avaliação. Lembrando que no estudo de alternativas que a Casan fez ela estudou 43, então provavelmente uma que foi considerada... Eu não pude apresentar as 43 aqui, mas talvez uma que será citada já tenha sido estuda pela Casan e a gente consiga justificar e responder em relação a isso.

Marquito, eu posso responder a pergunta que foi feita. A Casan estudou a disposição dos três canais do Saco dos Limões, fez modelagem hidrodinâmica, lembrando que a gente fez análise e coleta de dados por um ano de maré, de correntes e de qualidade de água nas quatro estações e os três canais apresentaram hidrodinâmica similar. A gente escolheu o último canal, o mais próximo do túnel, por ser o mais longe da Resex, mas os três canais apresentam heterodinâmica comprovada pelo modelo de hidrodinâmica, com capacidade para depurar os 200 litros por segundo.

Em relação aos 98% de tratamento, hoje a gente tem uma legislação federal que foi estudada por muitos técnicos, inclusive da universidade, que é o Conama 430, e nós temos uma legislação estadual que é o Consema 182, que estabelece diversos padrões para lançamento de esgoto. Então quer dizer que todos os padrões que estão têm estudos e que aqueles padrões de lançamento precisam ser respeitados. Todos esses são obedecidos pela Companhia e cumpridos na hora do lançamento.

**O SR. SANDRO GARCIA** – Bom pessoal, eu vou complementar o que a doutora Analúcia falou sobre a Convenção OIT 169. A consulta prévia, livre e informada não é uma consulta pública, não é quando chega a uma comunidade vai lá e apresenta o que vocês têm. Consulta pública, consulta livre e informada, conforme a OIT 169, é a comunidade que decide como quer ser consultada, no espaço que ela quer ser consultada, quando ela quer ser consultada, e isso não acontece.

Nós, hoje, estamos exigindo que tudo quanto é obra que seja feita ou modificação nos nossos territórios pesqueiros tradicionais, tanto faz se é de pescador ou se é da pequena maricultura... Somos povos e comunidades tradicionais. Nós temos os nossos direitos garantidos, mas todas às vezes somos usurpados, nós não somos consultados e, com o perdão da palavra a todos aqui, porcamente vão lá e apresentam um projeto no PowerPoint para nós.

Nós, comunidades tradicionais, temos o direito de dizer não ao que irá nos impactar diretamente e esse sistema de tratamento de esgoto como a Casan quer botar aqui, não só aqui no Rio Tavares que querem fazer. Pelo que estamos sabendo estão previstos vários para o norte da Ilha e tudo mais, temos que ainda ver, porque não vai se acabar por aí a história do esgoto. Então vamos fazer a consulta das comunidades? Tem que ser feita. Agora vão às comunidades e perguntem como elas querem ser consultadas, porque geralmente vão lá e fazem uma reunião em locais que não temos acesso. Se tiver que fazer reunião vai ter que ser feita nas nossas comunidades e não é só ali na comunidade do Saco dos Limões, é para ser feito em todas as comunidades das baías norte e sul, porque a água é uso de bem comum de todas as nossas comunidades.

Como a Vera falou ali, é isso aí mesmo, porque quando diz assim: ah, vai impactar só o pessoal do Saco dos Limões. Quem disse isso? Vai impactar a pesca artesanal, a maricultura, a extração do berbigão, o turismo aqui dentro.

Hoje tem gente que chega para mim e pergunta assim: onde é que tu pegaste esse camarão? Peguei aqui. Ah, mas essa água não está poluída? Não está tão poluída como pensamos não, porque para saber se uma água está saudável é olhar quando tem cavalo-marinho, quando existem vários outros tipos de coisas e tem bastante na nossa região. Às vezes pegamos na tarrafa, na rede um cavalo-marinho, isso e aquilo. Isso aí é... Como se diz?

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: “Sinal de pureza.”*)

Sinal de pureza, né?

Então, ainda não está totalmente poluída, mas a descrença, o povo já pensa assim: não como mais comida aqui de dentro, não como mais peixe, não como camarão, já escutei vários dizendo isso, porque está em área poluída. E o que a gente não quer que aconteça aqui é que saia uma nota tipo a que saiu no nordeste, com aquele derramamento de óleo que até hoje as populações tradicionais têm dificuldade em comercializar os seus pescados. Eles não conseguem mais comercializar, porque se criou um mito de que os peixes estavam contaminados por causa daquele derramamento de óleo. Hoje em dia os pescadores tradicionais de lá, as catadoras de caranguejo e de marisco, que têm muitas naquela região, não conseguem vender o seu produto, não conseguem comercializar, estão lá na base do Bolsa Família para poder sobreviver e nós não queremos isso.

Então, antes que saia uma nota no jornal ou em qualquer coisa dizendo que no camarão, no berbigão, no peixe foram encontrados metais pesados, que tomemos uma medida mais drástica a respeito desse esgoto.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, senhor.

Nós estamos no avançar da hora, o nosso tempo da audiência pública já esgotou. Nós começamos às 18h30min e já são 21h30min. Então nós vamos fazer as últimas falas e vamos aprovar os encaminhamentos.

Eu acho que tem aqui o presidente da Associação do Conselho Comunitário que vai se manifestar.

**O SR. ÉRICO LÚCIO TORRES PEREIRA** – Eu queria fazer uma perguntar à engenheira da Casan: ela informou que a ETE do Campeche já foi contratada por R$ 53 milhões, certo, e que o emissário está sendo contratado por R$ 27 milhões. Então eu quero saber desse emissário contratado, para onde está direcionado, para o Saco dos Limões ou para o Campeche?

**A SRA. ANDRÉIA SENNA SOARES TRENNEPOHL** – O emissário não foi contratado ainda. Os R$ 27 milhões são uma estimativa de quanto vai custar a obra do emissário até o Saco dos Limões, mas ela está em processo de licenciamento ainda, né? Por isso não foi contratada essa parte e é para cá [Saco dos Limões]. Tem outro processo, vai ter outro emissário para o lançamento do Campeche também, esse está em processo de licenciamento, mas é outro valor, não o dos R$ 27 milhões.

Eu não sei se respondi a tua pergunta. Era isso?

**O SR. ÉRICO LÚCIO TORRES PEREIRA** – Está respondida.

Só lembrando que aqui para o Saco dos Limões não precisa fazer a licitação. (*Palmas*.)

**O SR. LUÍS FERNANDO DE SOUZA BORGES** – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – É para falar sobre a consulta informada, é isso?

**O SR. LUÍS FERNANDO DE SOUZA BORGES** – Isso.

Eu só queria fazer um esclarecimento porque eu acho que me expressei errado e a culpa não é do mau entendimento de vocês, eu acho que é de eu ter atropelado a questão.

Sobre a consulta informada, é claro que não faz sentido a gente fazer uma audiência para simplesmente ser despejado tudo o que foi estudado para que a população possa se manifestar neste momento. Essa com certeza não é a questão. A consulta informada vai se dar nesse processo de elaboração dos estudos, porque para apresentar os estudos para o IMA poder avaliar tem que ser feito de fato essa consulta informada com as populações impactadas.

O que eu quis ressaltar é que além dos estudos que deverão ser feitos com os próprios impactados, não só estudos genéricos sobre a região, além disso também está prevista uma audiência pública que não seria prevista no processo pelo fato de ser um EAS. Então, a minha questão não é centrar tanto na audiência pública, mas nos estudos. A consulta informada vai se dar no processo de elaboração dos estudos, porque estudos para tal impacto social, que não consultarem a população, que não fornecerem subsídios para a população entender o que seja o processo não faz sentido.

Estou tentando esclarecer um pouco, porque eu acho que deixei meio confuso.

Obrigado.

**O SR. GERT SCHINKE** – Vocês perceberam que a decisão técnica do corpo técnico já foi tomada? E aí eles apresentam um EIA para as autoridades licenciadoras investigarem, determinarem, tudo técnico, porém a decisão técnica eles já tomaram anteriormente, para fazer três, agora, ETEs no sul da Ilha. Ora, por que três? Aí é que vem a questão: a nossa posição é de zerar esse processo e fazer um estudo verdadeiro de modelagem de tratamento para todo o sul da Ilha de uma vez por todas! É isso o que nós queremos (*palmas*)! Esse é o encaminhamento correto que eu acho que esta audiência tem que tomar, é o mais fundamental, e não discutir o cano de descarga quando não se discute o motor. Aqui se está discutido mais uma vez o cano de descarga, que nem naquela audiência pública do emissário do Campeche. Nós queremos é que seja discutido o tamanho do motor e não o motor de Scania Vabis, Mercedes Benz, mas para botar um motor de Fusca em tudo que é canto.

E nós desmentimos veementemente a falácia, quer dizer, a técnica da Casan aqui falando que não tem espaço para colocar o efluente no sul da Ilha. Nós não aceitamos isso, tem espaço, sim, inclusive nas bordas da pista do aeroporto, como se vê mundo afora, onde países inteligentes utilizam essas áreas, mas aqui a burrice não permite. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Então, minha gente, vamos apresentar aqui as propostas de encaminhamento, pode ser? Todos da mesa de acordo?

Como proposta de encaminhamento concreta, a primeira delas é a realização da auditoria e estudos exigidos pelo IMA e contratados pela Casan, certo? O segundo encaminhamento é sobre o envio dessas documentações e dos atuais estudos que foram apresentados e falados pela Casan e pelo IMA para as entidades comunitárias e também para a Comissão de Turismo e Meio Ambiente aqui representados. Pode ser? O terceiro encaminhamento é a garantia da consulta informada da Convenção 169. O quarto encaminhamento é sobre considerar as modelagens a partir dos efeitos das mudanças climáticas.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone*: “*E o Plano Diretor?*”)

Podemos colocar... E das perspectivas do Plano Diretor.

**O SR. GUILHERME SCHEIDT** – Olha, a gente tem na Epagri/Ciram um pós-doutor que é especialista dessas baías de modelagem. Eles têm um atlas de tudo que é boca de lobo, vala, canal de drenagem, tudo catalogado, todo o mapeamento disso aqui. Eles têm sensores calibrando esses modelos, eles podem dar o tempo de residência que esse fluente vai ficar, o impacto que essa água doce vai ter e o responsável que está lá, o doutor Garbossa, é ex-funcionário da Casan, engenheiro civil, e é uma referência internacional no tema de modelagem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Então, é considerar e solicitar os estudos da Epagri e da Universidade Federal para dentro do processo que está em tramitação de licenciamento do IMA e para as entidades comunitárias também.

Por fim, quero solicitar à Prefeitura os estudos de concepção geral do sistema para a região do sul da Ilha. (*Palmas*.)

**O SR. PAULO HORTA** – Pessoal, estamos passando por um momento que é um ponto de inflexão da nossa cidade, ponto de inflexão do nosso planeta e como disse o Vereador Afrânio, de fato pode ser que a decisão de agora talvez não tenha mais como voltar atrás, porque estaremos passando por esse ponto de inflexão. Então aquilo que o Afrânio colocou, de ter uma comissão com representantes de todas as instituições em posse de todas essas informações, Marquito, possa trazer e construir a melhor decisão, inclusive do ponto de vista financeiro.

Eu faço uma solicitação à prefeitura que é muito importante, claro que a Floram é parte desse processo, a Secretaria de Meio Ambiente é o coração desse processo, mas todas as outras Secretarias deveriam estar envolvidas, porque é uma questão de mobilidade, é uma questão de moradia, é uma questão que está presente dentro do coração da administração pública. Então, a Prefeitura teria que estar muito mais presente do que está nesta discussão, inclusive nesta comissão.

De fato, isso que você está mostrando aqui e está passando despercebido é muito importante, pessoal. Isso precisa ser considerado, porque não é algo que vai ultrapassar as nossas responsabilidades éticas e morais. É a nossa responsabilidade ética e moral e se nós cometermos uma falha agora será um crime, não só para o agora, mas será transgeracional. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Então uma proposta de encaminhamento é uma comissão intersetorial a partir da Prefeitura para observar todas essas mudanças a partir a luz das mudanças dos efeitos climáticos, para acompanhar o processo, certo?

Por fim, as manifestações na sua maioria ou na sua unanimidade foram contrárias a esse empreendimento aqui no bairro do Saco dos Limões e eu queria deixar isso também como uma declaração da audiência pública, certo?

(*A senhora Procuradora Analúcia de Andrade Hartmann manifesta-se fora do microfone: “Constatação.”*)

Exatamente, então está constatada e registrada essa contrariedade da comunidade do Saco dos Limões a partir desta audiência.

Eu quero saber se estão todos de acordo? Se sim, damos por encerrada esta audiência.

Todos de acordo?

(*A plenária aquiesce. Palmas*.)

**A SRA. VERA LÚCIA BRIDI** – Não é uma contrariedade apenas da comunidade do Saco dos Limões, é dos pescadores de todas as baías da Grande Florianópolis.

(*Um dos participantes não identificado manifesta-se fora do microfone*: “*Todo o sul da Ilha.*”)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – A contrariedade é de todos os presentes, nós temos uma lista de presença oficial da audiência pública que contempla diversas comunidades da baía sul e da baía norte, da nossa região.

Estão de acordo?

(*A plenária aquiesce. Palmas*.)

Eu quero agradecer a disponibilidade de todas as entidades, das instituições presentes, das representantes comunitárias, da equipe da assessoria da audiência pública da Assembleia Legislativa, que é sempre muito presente e todo o apoio do nosso mandato, da Letícia, da Gislaine, da Carol, da Isabele, do Luiz, todo mundo que está conosco sempre dando esse suporte.

Muito obrigado a todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO**

**PRESIDENTE**